



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARCELO VASQUES VEDRONI

**ACERCA DAS CRISES CAPITALISTAS:
UMA LEITURA DE MARX**

Londrina
2011

MARCELO VASQUES VEDRONI

**ACERCA DAS CRISES CAPITALISTAS:
UMA LEITURA DE MARX**

Dissertação apresentada ao Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dr. Ariovaldo de Oliveira Santos

Londrina
2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica
Biblioteca Unirp

Vedroni, Marcelo Vasques, 1978-
Acerca das crises capitalistas: uma leitura de Marx /
Marcelo Vasques Vedroni. Londrina: UEL, 2011.
93 f.

Orientador: Ariovaldo de Oliveira Santos.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e
Ciências Sociais, 2011.

1. Capital. 2. Crise. 3. Superprodução. 4. Taxa de
lucro. 5. Lei tendencial da queda da taxa de lucro. I.
Santos, Ariovaldo de Oliveira. III. Universidade Estadual
de Londrina (PR). Pós-Graduação: Centro de Letras e
Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 335.4

MARCELO VASQUES VEDRONI

**ACERCA DAS CRISES CAPITALISTAS:
UMA LEITURA DE MARX**

Dissertação apresentada ao Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ariovaldo de Oliveira Santos
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. José Flávio Bertero
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Ronaldo Baltar
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 4 de outubro de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao
Professor José Flávio Bertero

AGRADECIMENTOS

A meus pais;

Ao Professor José Flávio Bertero, pela grande influência em minha formação intelectual;

Ao professor Ariovaldo de Oliveira Santos, pela orientação e amizade;

Aos professores Eliel Ribeiro Machado e Simone Wolff, pelo apoio financeiro e institucional tão necessário para a conclusão deste trabalho;

Ao professor Elsio Lenardão, pela participação em banca de qualificação;

Ao professor Ronaldo Baltar pela contribuição e participação em banca de defesa;

Às colegas *Patrícia* Braga e *Marcela* Vianna, pela amizade e ajuda nas cidades de Londrina e São Paulo;

Aos colegas Carla Borges Ferreira, Nataly Nunes, André Ferro e Thiago Leibante;

Ao professor Amadeu Jesus Pessotta, pela revisão deste trabalho;

A todos os professores do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina – UEL;

Aos funcionários da Secretaria de Pesquisa e Pós-Graduação do CCH/UEL, pelo atendimento sempre prestativo;

Ao programa de Mestrado em Ciências Sociais da PUC/SP, pelas disciplinas cursadas como estudante especial.

Esta pesquisa contou com o apoio da CAPES.

“Living is easy with eyes closed.”

(John Lennon)

VEDRONI, Marcelo Vasques. **Acerca das crises capitalistas**: uma leitura de Marx. 2011. 93f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

RESUMO

Este estudo teórico tem por objeto as obras de Karl Marx e como objetivo principal investigar o fenômeno das crises capitalistas. Para tanto, apresentamos uma investigação minuciosa no interior das principais obras deste pensador, sendo elas Teorias da mais-valia e O capital. Procuramos, assim, compreender o percurso lógico empreendido por Karl Marx para, no fim deste processo, poder apresentar, de modo geral, as causas pelas quais o capitalismo se depara com as diversas crises. Da verificação deste percurso no pensamento de Marx, depreendemos que o modo de produção capitalista traz no seu próprio interior as causas das crises. Tendo isto em vista, elas não são fenômenos exteriores ao capital, mas, pelo contrário, resultado do próprio modo de funcionamento do capitalismo. Por isso, Marx identifica e apresenta uma tendência inscrita no seu funcionamento. Essa tendência é descrita na lei tendencial da queda da taxa de lucro. Assim, no decorrer do processo de desenvolvimento do capitalismo, percebe-se que os lucros tendem a decair e daí as crises que acompanham essa queda.

Palavras-chave: Capital. Crise. Superprodução. Taxa de lucro. Lei tendencial da queda da taxa de lucro.

VEDRONI, Marcelo Vasques. **About the capitalist crises: a reading of Marx.** 2011. 93p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ABSTRACT

This theoretical study has for its object Karl Marx's works and as its main purpose is to investigate the phenomenon of capitalist crises. For this, we present a detailed investigation inside the main works of this author, that is, Theories of Surplus Value and The Capital. We intend thus to understand the reasoning undertaken by Karl Marx in order to be able to present, at the end of this process, the reasons why capitalism is faced with various crises. By verification of this route in Marx's thought, it appears that the capitalist mode of production brings inner causes of crises in its own. Thinking this, they are not a phenomena outside the capital but rather a result of the mode of operation of capitalism. Therefore, Marx identifies and presents a tendency inscribed in the functioning of capitalism. This trend is described in the law of the trend of the falling rate of profit. Thus, in the process of capitalist development, it is clear that profits tend to decline and hence the crisis.

Key words: Capital. Crisis. Overproduction. Rate of profit. Law of the trend of the falling rate of profit.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	As crises capitalistas como objeto de um estudo teórico.....	10
1.2	Um estudo teórico como atividade relevante e atual	12
1.3	Crises do capitalismo e crise do capitalismo	15
2	PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	18
2.1	Do abstrato ao concreto pensado.....	18
2.2	O capital em geral.....	22
2.3	O capital como especificidade histórica	23
2.4	A troca: momento da abstração.....	27
2.5	O dinheiro: dedução lógica da forma-valor	31
2.6	A crítica à economia política clássica – desconstrução do mito do equilíbrio das trocas	36
3	A CRISE: DEDUÇÃO DA METAMORFOSE DA MERCADORIA	42
3.1	O problema das crises e a crítica a David Ricardo.....	42
3.2	A possibilidade da crise não é a causa da crise	54
3.3	O fenômeno da superprodução	58
3.4	O lucro: resultado da extração da mais-valia	61
3.5	A taxa de lucro.....	63
3.6	A composição de valor do capital.....	68
3.7	A taxa média de lucro	71
3.8	Da concorrência entre os capitalistas	76
4	A LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO E AS CRISES CAPITALISTAS	81
4.1	A lei da queda tendencial da taxa de lucro em <i>O capital</i> de Marx	81
4.2	A lei da queda tendencial da taxa de lucro e a natureza contraditória do movimento do capital	81

4.3	As crises cíclicas do capital: resultado de um processo que põe a	
	Contradição	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS.....	92

1 INTRODUÇÃO

1.1 As crises capitalistas como objeto de um estudo teórico

Este trabalho começou a ser pensado no ano de 2009, quando a crise dos títulos hipotecários norte-americanos chamados “sub-prime” ainda era tema recorrente no noticiário. A falência de grandes bancos estadunidenses, como o Lehman Brothers em 15 de setembro de 2008, e a crise da empresa líder mundial em seguros e serviços financeiros AIG, em 2008, ainda faziam arrepiar a grande burguesia financeira internacional. As perdas atingiam desde grandes investidores a pequenos correntistas, e o impacto na economia mundial foi sentido com recessão e desemprego. Dois anos e meio depois, já no segundo semestre de 2011, deparamo-nos com um artigo publicado pelo renomado economista estadunidense Paul Krugman, na página eletrônica *Carta Maior*. O texto traz uma intrigante perspectiva para o capitalismo ao afirmar que *podemos estar perto de reviver a crise de 1930*¹. *Krugman* chama a atenção para a amplitude de uma crise econômica que afeta o capitalismo nos seus principais centros e revela toda sua preocupação com os rumos da economia mundial ao comparar a atual situação com a da época da década de 1930. Sobre as dívidas de alguns países europeus como a Grécia, afirma que:

Para aqueles que conhecem a história da década de 1930, isso é muito familiar. Se alguma das atuais negociações sobre a dívida fracassar, poderemos estar perto de reviver 1931, a bancarrota bancária mundial que tomou grande a Grande Depressão. Mas, se as negociações tiverem êxito, estaremos prontos para repetir o grande erro de 1937: a volta prematura à contração fiscal que terminou com a recuperação econômica e garantiu que a depressão se prolongasse até que a II Guerra Mundial finalmente proporcionasse o impulso que a economia precisava. (KRUGMAN, 2011)

Como se vê, o fenômeno que motivou este estudo há dois anos ainda se mantém vivo e ruma seus efeitos no âmbito da economia mundial. Todo esse conjunto de situações revela um ambiente sombrio para a economia capitalista.

¹ O citado artigo pode ser acessado em:

<http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18112>

Voltando ao ano de 2009, conforme a preocupação com o andamento da economia mundial reivindicava estudos sobre aquela realidade, estes surgiam aos montes em forma de livros, artigos, debates, teses etc. Daí, a idéia de retomar as leituras de Marx surgiu como interessante recurso para a elaboração de uma dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Não somente a realidade dos fatos exigia tal empreitada, mas, além disso, ao procurar pensar os acontecimentos recorrendo aos escritos do pensador alemão, podíamos realizá-la seguindo o caminho da crítica científica. Porém, se retomar as análises de Marx não foi exclusividade deste trabalho já que, não obstante o estudo deste pensador encontre cada vez menos espaço na universidade e no pensamento científico em geral, muito se tenha recorrido a ele para tentar explicar o fenômeno das crises, propusemos um estudo meramente teórico e conceitual.

A idéia de nos debruçarmos sobre a produção teórica de Marx aparece no ano de 2006 quando, atendendo à preocupação de alguns estudantes do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL), entre eles o autor deste trabalho, o professor José Flávio Bertero² organizou um grupo de estudos para a leitura de *O capital*. Este grupo, apesar do pouco interesse manifestado pelo conjunto dos estudantes daquela universidade e de sua total informalidade (já que nunca foi formalizado perante a universidade nem a qualquer órgão de pesquisa), manteve suas atividades até o ano de 2010 e foi de fundamental importância para este trabalho, bem como para nossa trajetória intelectual.

Foi neste espaço que pudemos ter contato com a teoria de Marx de forma sistemática e detalhada, à medida que os principais conceitos elaborados por aquele pensador iam sendo esclarecidos. Dessa forma, foi possível que os conceitos e idéias de Marx fossem visualizados na totalidade de seu pensamento, o que fez perceber a coerência de sua obra e a compreensão dela como um todo. Nesse contexto, a proposta de estudar um fenômeno complexo, como as crises capitalistas, foi amadurecendo até transformar-se na idéia de empreender um estudo meramente teórico a respeito da visão de Marx sobre as crises capitalistas, caminhando na contramão da maioria das análises centradas nos aspectos empíricos e estatísticos da crise.

² Professor aposentado do Departamento de Sociologia da FCL/UNESP, Araraquara. Atual professor do Departamento de Ciências Sociais da UEL/PR.

No contexto de uma crise econômica como a atual, a idéia de crise financeira é sempre alardeada por todo o noticiário e pelas mais diferentes análises. A queda nas ações de grandes empresas e o colapso de grandes bancos estão no interior desse processo. Mas essa idéia soa superficial se recuperarmos a leitura de Marx e percebermos que as crises capitalistas são geradas por um processo que se desenvolve, fundamentalmente, no interior da produção capitalista. O capitalismo processa a criação de valor no interior de sua produção. A especulação financeira, o investimento nos mercados financeiros, o crédito oferecido e o juro cobrado, a alavancagem bancária e as bolhas financeiras são fenômenos que sobrevivem no âmbito da circulação do capital. É na superfície do modo de produção capitalista, local onde a circulação do capital se desenvolve e onde a mais-valia é repartida em salário, lucro, juro e renda da terra, que a idéia de crise financeira deve ser observada, mas, isto não quer dizer que exista por si mesma. O sistema financeiro mundial está atrelado, necessariamente, ao sistema produtivo, pois é somente aí que há criação de valor. É, então, com Marx que procuraremos compreender as crises capitalistas como resultado da produção capitalista. As crises capitalistas podem até manifestar-se na forma de crises financeiras, crises no setor imobiliário ou bancário etc., mas seu fundamento se encontra no núcleo interno do modo de produção capitalista, qual seja, na produção de valor por meio da exploração do trabalho como extração da mais-valia.

1.2 Um estudo teórico como atividade relevante e atual

Muito se discute a respeito da viabilidade de recuperar teorias elaboradas no longínquo século XIX. O valor heurístico de conceitos elaborados em épocas já distantes do nosso tempo é sempre alvo de questionamentos. Assim, retomar e discutir conceitos trabalhados por Marx ainda no século XIX é sempre motivo de contestação. Desse modo, trabalhos como este que apresentamos para uma pesquisa de mestrado apresentam o desafio que a complexidade da pesquisa traz em si mesma, somado à tarefa de convencimento sobre a atualidade e importância do pensamento de Marx. Ressaltamos que esta atualidade e importância dos conceitos aqui tratados devem ser entendidas no sentido de servirem como instrumentos fundamentais para a compreensão do momento pelo qual passa a economia capitalista atual. Disso temos convicção, pois, desde que a sociedade

baseie sua produção (a produção de tudo que é necessário para a vida humana conforme sua necessidade histórica) no trabalho assalariado, irá fazê-lo de modo capitalista, e que a sociedade atual se utiliza do trabalho assalariado é fato mais que evidente. A generalização da produção capitalista de mercadorias se dá, atualmente, com força total e pressupõe a generalização do trabalho assalariado. Essa forma de exploração do trabalho se amplia para todo o globo terrestre, com suas singularidades em cada região, mas sempre com os mesmo fundamentos, seja na China, nos Estados Unidos ou no Brasil. Além disso, os diversos setores da economia capitalista servem-se cada vez mais do trabalho assalariado produzindo mesmo uma proletarização ainda mais ampliada ao atingir o setor de serviços e profissionais que, tradicionalmente, eram vistos como autônomos (caso de advogados que, atualmente, se tornam assalariados de grandes escritórios de advocacia)³.

Assim, por mais que o modo de produção capitalista se tenha transformado e mesmo se reinventado com o passar do tempo, adquirindo singularidades regionais e históricas, suas leis fundamentais de funcionamento se mantêm vivas e atuantes. As leis fundamentais de existência do capital sobrevivem desde que o capital também sobreviva. Sobrevivendo o capitalismo até a atualidade, aquelas se confirmam como atuais e devem ser estudadas e compreendidas sob pena de se produzir uma análise descolada da realidade.

Além de voltarmos ao trabalho teórico de Marx para uma adequada compreensão da realidade, entendemos que os fundamentos de existência dessa mesma realidade e suas leis de funcionamento não nos aparecem de modo evidente. A realidade cotidiana é dinâmica e oculta seus fundamentos, fazendo com que esses pareçam extintos. O instinto de reprodução da acumulação capitalista faz com que suas formas se reinventem conforme surjam as dificuldades. *Fordismo, taylorismo, toyotismo* são técnicas de produzir que parecem fundar um novo modo de produção: keynesianismo, desenvolvimentismo e (neo)liberalismo aparecem conforme a luta política pela disputa pelo produto excedente, ocultando a verdadeira base na qual se dá a apropriação de trabalho não pago.

³ Sobre a idéia de proletarização Ernest Mandel afirma que, 'longe de representar uma sociedade pós-industrial', o capitalismo tardio constitui uma *industrialização generalizada universal* pela primeira vez na história. A mecanização, a padronização, a superespecialização e a fragmentação do trabalho, que no passado determinaram apenas o reino da produção de mercadorias na indústria propriamente dita, penetram agora todos os setores da vida social". (MANDEL, 1982, p. 271)

A análise conceitual de Marx, bem como de sua teoria, é necessidade científica tão atual quanto a atualidade do modo de produção capitalista e do trabalho assalariado. Os conceitos produzidos por Marx são instrumentos fundamentais para a compreensão das leis fundamentais de existência e funcionamento do capitalismo, pois, identificam a realidade por detrás das formas concretas de trabalho e de sociabilidade. Não que a análise empírica deva ser de todo descartada: os fenômenos concretos identificados empiricamente fazem parte da realidade. Ocorre que estes são pontos de partida para a análise científica, sendo que a ciência deve buscar os fundamentos da realidade se se quiser como ciência.

A importância do estudo teórico de Marx está posta pela própria realidade da economia capitalista. Essa realidade se apresenta trazendo consigo uma severa crise econômica que surte efeitos nas relações de trabalho e nos níveis de desemprego e pobreza em escala planetária. De um fenômeno de tais proporções surge uma avalanche de estudos e análises que se propõem trazer explicações sobre a crise sob diversos pontos de vista. Nesse sentido, compreender a crise atual requer compreender o modo de produção capitalista em sua totalidade. Isso implica compreender suas leis fundamentais de existência e funcionamento, e neste caso, o instrumental teórico deixado por Marx serve como referência fundamental e indispensável para esta tarefa.

É nos escritos de Marx que podemos identificar o funcionamento do modo de produção capitalista como um todo, em sua totalidade. Observá-lo como totalidade é importante no sentido de apreender as formas com que o capital se expressa na realidade. A crise é expressão do movimento da produção capitalista na realidade. Se a taxa de lucro não é obtida na medida esperada – e isto se repete de modo generalizado para o conjunto da classe capitalista – abre-se uma época de crise econômica de consequências desastrosas, as quais descambam em aumento do desemprego e da pobreza. Neste processo, há uma baixa nas taxas de lucro da classe capitalista.

A queda na taxa geral de lucro é fenômeno recorrente na história do capitalismo. Marx identifica este fenômeno, o qual, aparentemente, surge de modo ocasional, como uma verdadeira lei tendencial inscrita no movimento do capitalismo. Na análise de Marx, esta lei da queda tendencial da taxa de lucro aparece como resultado teórico de um processo lógico. Tal resultado é proveniente do próprio movimento do capital, que, contraditório em si mesmo, produz, ele mesmo, suas

próprias crises. Assim, para uma análise atualizada da realidade, devemos ater-nos ao funcionamento do capitalismo em suas formas atuais. Mas essas não são nada mais que expressão das leis de funcionamento do capitalismo em desenvolvimento há mais de duzentos anos.

1.3 Crises do capitalismo e crise do capitalismo

Quando se fala em crise, podemos pensar em dois tipos de discussão: a crise como colapso do capitalismo e a crise como crise cíclica ou estrutural da economia capitalista. No primeiro caso, temos a crise vista como crise terminal do capitalismo, a idéia de crise terminal do modo de produção capitalista ou a idéia de que o capital enfrentaria uma série de crises cada vez mais severas em sua história e, por isso, não mais conseguiria se reproduzir. Essa abordagem foi descartada em nosso trabalho, sob pena de nos desviarmos dos objetivos específicos a que nos propusemos. Entendemos, também, que as crises capitalistas por si só não levariam necessariamente à derrocada do capitalismo. Esse resultado só poderia aparecer se a luta política entrasse em cena, e isto sugeriria uma análise sobre o panorama atual da luta de classes e sobre os movimentos políticos e sociais em atividade.

Alguns importantes teóricos marxistas discutem a idéia de colapso do capitalismo. Entre eles podemos citar Eduard Bernstein, Rosa Luxemburg e Henryk Grossmann⁴. Marx, em sua obra, também teoriza sobre o colapso do capitalismo, mas de modo esparso e incompleto. Trata esta questão como algo que ocorreria devido ao próprio processo contraditório do capital. Sugere que, em algum momento da história do capitalismo, este se tornaria incapaz de reproduzir suas condições de existência, e isto abriria espaço para um período de revolução social que poderia superar e/ou destruir o modo de produção capitalista. Mas, mesmo neste caso, a luta política do proletariado seria fator decisivo. Assim, julgamos que esta discussão não se apresenta como adequada para este trabalho.

O que procuramos analisar, neste trabalho, é a idéia de crises cíclicas do capital, as quais aparecem de tempos em tempos, de modo periódico, sendo um

⁴ Sobre as principais idéias de teóricos marxistas a respeito do colapso do capitalismo, v. *Teoria do desenvolvimento capitalista*, de P. Sweezy, já citado neste trabalho. Outra importante contribuição nesse sentido é um trabalho de Claudio Napoleoni intitulado *O futuro do capitalismo*. Neste, o autor elenca as principais passagens referentes ao problema do destino histórico do capitalismo nas obras de importantes pensadores como Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, John Maynard Keynes etc.

fenômeno que se vem repetindo na história da economia capitalista mundial. Estas obedecem a certa lógica, apresentam traços em comum, desenvolvem-se de modo semelhante mesmo mantendo suas distintas especificidades. Podem ser até mesmo previstas se forem percebidos certos movimentos no interior da economia capitalista. Por isso, permitem que sejam analisadas teoricamente, procurando, nas leis de existência do capital, sua explicação. As crises cíclicas do capital aparecem cada vez de forma diferente, manifestam-se por meios diferentes e geram resultados diferentes. Mas aí está somente a forma como se manifestam as crises na realidade. Em seu âmago, elas apresentam características que demonstram serem produtos do próprio capital, do modo de funcionamento do próprio capitalismo por paradoxal e contraditório que isso seja.

A título de ilustração, podemos relembrar aqui algumas crises periódicas do capitalismo como as de 1846-1848, a crise de 1929 e a crise dos anos 1970. O próprio Marx, em seus trabalhos como jornalista, menciona o caráter das crises de seu tempo num artigo para o *New York Daily Tribune*⁵. Notícia que, “na época das grandes crises comerciais de 1817, 1825, 1836, 1846-47, embora cada ramo do empreendimento industrial e comercial fosse afetado, uma obsessão principal deu a cada época o seu tom e caráter distinto” (MARX, 2009, p. 129). Cada crise traz consigo sua *obsessão*, ou seja, sua especificidade. Esses são exemplos de crises que, como outras, refletiram diretamente na economia mundial, gerando altos índices de desemprego, concentração e centralização de capital, além de guerras por controle de territórios e recursos naturais como o petróleo. Não se trata de afirmar que estes resultados sejam produzidos somente em épocas de crises. São mesmo efeitos do próprio movimento do capital e de sua necessidade de acumulação. Ocorre que, com a explosão de crises, tais efeitos se acirram de modo violento e abrupto.

Desse modo, buscamos aqui realizar uma leitura de Marx para compreender como este pensador explica teoricamente o fenômeno das crises capitalistas. Qual sua explicação e entendimento sobre o fundamento e as causas das crises

⁵ Jornal burguês progressista que se publicou entre 1841 e 1924. Entre agosto de 1851 e março de 1862, Marx e Engels colaboraram no jornal. Fonte: <<http://www.marxists.org>>.

econômicas e quais os fundamentos teóricos e conceituais que Marx produz para a compreensão desse fenômeno.

2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

2.1 Do abstrato ao concreto pensado

Cabe à análise científica buscar a compreensão dos fenômenos em sua essência, não se acomodando com opiniões superficiais. Ocorre que tal essência, vale dizer, a “coisa em si”, não é encontrada imediatamente. Os fenômenos verificados na realidade não se mostram para nós de forma clara e explicada. Cabe, então ao cientista, aprofundar-se no estudo dos fenômenos concretos para poder compreender o que está por detrás daquilo que se apresenta na realidade, ou seja, apreender as leis fundamentais que regem a realidade mesma para poder alcançar uma compreensão eficaz e satisfatória dos fenômenos históricos. Cabe ir a fundo para poder alcançar a essência do objeto que se propõe compreender e, neste processo, superar as aparências para apreender a essência explicativa do fenômeno.

Os fenômenos empíricos escondem suas determinações fundamentais. A realidade concreta é sim, o ponto de partida de onde surgem as questões as quais a humanidade se propõe resolver, porém, o objeto a ser compreendido é sempre complexo e, a dimensão empírica da realidade não revela tal complexidade. O empírico – vale dizer, a realidade concreta – é o local de manifestação da realidade que, por sua vez, é a condensação, a síntese das diversas partes constitutivas dos fenômenos determinantes da realidade própria.

A necessária compreensão da realidade deve passar pela determinação das leis fundamentais que regem essa mesma realidade, as quais não nos aparecem de imediato, mas encobertas por fenômenos concretos e mistificados. Isto posto, para determiná-las, o cientista deve olhar para a realidade concreta e daí, partir para apreender suas leis de existência e funcionamento por meio de um movimento de abstração que se dá no pensamento, no qual, de um todo mistificado e complexo (realidade concreta), se pode chegar a definições cada vez mais simples. Desse modo, ao possuir conhecimento sobre as formas mais simples e elementares que dão sustentação à realidade concreta, é possível apreender de forma consciente

suas leis de funcionamento e existência e, deste ponto, pensar novamente o *todo*, o concreto, mas agora, de forma organizada e desmistificada pelo pensamento.

Marx, em sua *Introdução à contribuição à crítica da economia política* descreve este processo como sendo o método correto pelo qual se deve valer a economia política e, por assim dizer, seu próprio método. Diz ele:

Assim, se começássemos, portanto, pela população, teríamos uma representação caótica do todo e, através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. (MARX, 1982, p.14)

Por isso, a realidade concreta, local por excelência de onde parte o pensamento, deve ser, após todo esse processo, o ponto de chegada, configurando-se em concreto pensado. Nesse sentido, continua Marx (1982, p. 14), afirmando que:

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o verdadeiro ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.

Nesta passagem, Marx propõe que se compreenda a realidade concreta de modo que o pesquisador se aprofunde nos fenômenos para que seja possível se apropriar teoricamente de suas formas mais simples. Assim, as leis de funcionamento daquela realidade se tornam visíveis e, então, abre-se a possibilidade de perceber a relação existente entre o fenômeno e a sua essência explicativa. A “coisa em si” se manifesta na realidade através de sua correspondente forma fenomênica e, esta forma, por sua vez, oculta a própria coisa, esconde sua essência, suas leis de existência e funcionamento.

O pensador Karel Kosik contribui com a discussão metodológica afirmando, em sua obra *Dialética do concreto*, que é no mundo da pseudoconcreticidade que a “coisa em si” se manifesta. Justamente por isso, deve-se superar essa pseudoconcreticidade (senso comum) se se quiser conhecer e compreender a

realidade escondida por detrás dos fenômenos históricos. Nesta idéia, Kosik (1976, p. 12) afirma que:

O mundo fenomênico, porém, não é algo independente e absoluto: os fenômenos se transformam em mundo fenomênico na relação com a essência. O fenômeno não é radicalmente diferente da essência, e a essência não é uma realidade pertencente a uma ordem diversa da do fenômeno. Se assim fosse efetivamente, o fenômeno não se ligaria à essência através de uma relação íntima, não poderia manifestá-la e ao mesmo tempo escondê-la; a sua relação seria reciprocamente externa e indiferente. Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é *atingir* a essência.

Kosik (1976) contribui para o entendimento do método dialético posto em prática por Marx em seus estudos. Desse modo, ao pretender que o pesquisador supere o mundo da “pseudoconcreticidade” (realidade superficial e imediata, na qual a “coisa em si” se manifesta de modo transfigurada de sua essência), Kosik (1976, p. 13) reafirma a posição metodológica de Marx.

Como a essência – ao contrário dos fenômenos – não se manifesta diretamente, e desde que o fundamento oculto das coisas deve ser descoberto mediante uma atividade peculiar, tem de existir a ciência e a filosofia. Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis.

Nessa parte de sua obra, Kosik transcreve algumas passagens de Marx sobre estas idéias:

[...] se os homens apreendessem imediatamente as conexões, para que serviria a ciência? (Marx a Engels, carta de 27-6-1867). Toda ciência seria supérflua se a forma fenomênica e a essência coincidissem diretamente. (MARX, 1959 apud KOSIK, 1976, p.13).

O método de análise acima referido pode ser visualizado na leitura de *O Capital*. Logo no primeiro capítulo, Marx (1988, p. 45. v. I) enfatiza que

a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias” e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria⁶.

⁶ A partir daqui todas as citações referentes ao *O capital* trarão o volume e a página concernentes à edição da Nova Cultural, *Os economistas*, 5 volumes.

Neste trecho da obra Marx quer dizer que a riqueza da sociedade capitalista aparece, primeiramente, como uma *imensa coleção de mercadorias*, na qual a mercadoria individual é sua *forma elementar*. Então, colocando em prática seu método dialético, Marx insiste que sua investigação deve começar, logicamente, com a análise da mercadoria individual, forma elementar do modo de produção capitalista. Desse modo, é possível realizar um estudo que retorna ao *todo* de forma organizada pelo pensamento, apreendendo o concreto como *concreto pensado*.

O materialismo histórico dialético que Marx propõe requer apreender os elementos que, sem os quais, o objeto em questão não poderia existir. Requer compreender os elementos e o movimento desse objeto, apreender as tendências históricas do objeto. Assim, propõe a compreensão da *totalidade*, na qual são identificados os elementos mais significativos, sem os quais o objeto em estudo não existiria.

A dialética trata da *coisa em si*, sendo esta, a lógica interna do objeto, sua estrutura e seus elementos constitutivos, os quais se acham articulados entre si. Ao possuir tais noções sobre o fenômeno a ser investigado, cabe livrar-se das representações sobre a coisa e construir conceitos relacionados a ela, ou seja, elaborar no pensamento o objeto pensado e analisado.

A totalidade, se constatada de forma imediata pelo homem, aparece de forma caótica e obscura, não apresentando sua lógica interna. A realidade não se apresenta em forma de síntese (*síntese de muitas determinações*). Seus aspectos empíricos é que são momentos de síntese, sendo eles o resultado de um movimento de forças contraditórias. Ocorre que a sua processualidade, a qual fez surgir tal resultado, se mantém escondida, ocultada. Por isso, para Marx, o método de ascensão do abstrato ao concreto é o método adequado, pois o pensamento parte dos elementos mais gerais, baseando-se numa mera intuição. Para compreender a lógica interna do objeto, devem-se apreender seus elementos determinantes.

Rosdolsky (2001, p. 39), em sua obra, explicita seu entendimento sobre o método de Marx afirmando que:

Marx demonstra aqui, antes de tudo, que ir do "abstrato ao concreto" é o único método científico adequado para "apropriar-se do concreto, reproduzindo-o como concreto pensado" [...] Por isso, o pensamento só pode compreender plenamente o concreto "em um processo de síntese", ou seja, pela reconstrução progressiva do concreto a partir de suas determinações abstratas mais simples. "Se a análise científica (econômica,

no caso) começa diretamente ‘pelo real e concreto’, pelas próprias condições reais’ – por exemplo, a população ou o mercado mundial – só, poderá enxergar uma imagem difusa e totalmente indefinida da realidade”.

É assim que Marx procede em seus estudos. Em seu *O Capital*, começa pela mercadoria, a que se refere como *forma elementar do modo de produção capitalista*, para seguir um caminho de análise na qual é possível compreender a totalidade de forma organizada no pensamento. Os fenômenos mais complexos vigentes no modo de produção capitalista podem ser analisados tendo como base o conhecimento sobre as formas e as categorias mais simples que sustentam o movimento do capital. Nos estudos de Marx, as relações de produção capitalistas são postas a nu, permitindo que se tenha uma base sólida e real para que os fenômenos sejam conhecidos e compreendidos.

2.2 O capital em geral

No intuito de apreender as formas elementares do capital, Marx empreende uma distinção conceitual entre *capital em geral* e *capital em seu movimento real*. Neste ínterim, o *capital em geral* corresponderia ao capital como *universalidade*⁷, que determinaria a natureza geral do capital, o conceito mesmo de capital em seu estado puro. Sobre este ponto Rosdolsky (2001, p. 50-51) recupera uma carta de Marx a Kugelman descrita na passagem abaixo:

Mas o que significa o conceito de “capital em geral”? Em que nível de abstração estamos trabalhando? Em um primeiro momento, aceitamos as respostas que encontramos na carta de Marx a Kugelman de 28 de dezembro de 1862. Ali, ele diz que a limitação ao “capital em geral” exclui considerações entre a concorrência entre os capitais e o sistema de crédito. [...] Em ambos os casos trata-se do movimento real de capitais concretos, do capital em sua realidade, e não em sua “média ideal”. [...] Por isso, conceitualmente, a concorrência expressa a “natureza interna do capital. [...] que se apresenta e se realiza como ação recíproca dos diversos capitais entre si, os quais impõem a si próprios as determinações imanentes do capital” [...] Para compreender as formas imanentes de manifestação, primeiro é necessário investigar o que se manifesta nelas. [...] Portanto, para poder investigar em estado puro as leis imanentes do capital, deve-se abstrair a concorrência e seus fenômenos correlatos, adotando-se como ponto de partida o “capital como tal” ou “capital em geral”. A intervenção dos diversos capitais não deve perturbar nossa análise neste ponto. A

⁷ Sobre a noção de universalidade, cabe citar interessante passagem de Fausto (1983, p. 91). “Na realidade, as abstrações reais ‘trabalho’ e ‘valor’ põem a generalidade. Ou antes, elas põem a universalidade, mas esta universalidade é generalidade posta”.

relação entre os diversos capitais ficará clara tão logo tenhamos considerado o que todos têm em comum: ser capital.

Já a noção de *capital em seu movimento real* deve ser compreendida como capital em seu movimento na realidade concreta, onde há luta de classes, concorrência entre capitalistas, sistema de crédito e divisão do capital em ações. Tal distinção determina o modo de exposição que Marx empreende na elaboração de seu *O Capital*. A estrutura dessa obra é influenciada diretamente por esta noção básica.

Como afirma Rosdolsky (2001, p. 40):

Finalmente, o mesmo processo de elevar-se do abstrato ao concreto se repete também no livro sobre o capital. Nele, Marx começa com o capital em geral para chegar, através do exame da concorrência e do sistema de crédito, à forma mais acabada que o capital assume, o capital dividido em ações.

Nesse ínterim está posta a idéia de que as formas elementares do capital (formas mais simples) se constituem em verdadeiros pressupostos para existência das formas mais desenvolvidas (formas mais complexas) do modo de produção capitalista, ao passo que, de modo contrário, tais formas desenvolvidas são, também, necessárias para determinar o modo de realização das formas elementares na realidade concreta, vale dizer, o modo como as formas elementares se manifestam. Assim, há um movimento real (que ocorre na realidade) de ocultação e revelação das determinações do modo de produção capitalista em suas respectivas formas. Observa-se, assim, um movimento real de transfiguração analisado por Marx, que o desvenda e o apresenta de modo estruturado, realizando uma análise do desenvolvimento das formas.

2.3 O capital como especificidade histórica

Uma categoria fundamental no pensamento de Marx, que reflete diretamente sua concepção materialista da história, é o *modo de produção*. Tal conceito exprime aquela situação na qual os homens se encontram e que foi construída conforme um processo que é histórico, resultado de inconciliáveis forças contraditórias em luta permanente. Assim, a idéia de *modo de produção* permite compreender um determinado desenvolvimento das condições materiais de produção e distribuição da

riqueza social, as quais fazem aparecer certo tipo de relações de produção. A divisão social do trabalho é determinada neste contexto. O nível de desenvolvimento da produção, melhor dizendo, das forças produtivas, é a base material na qual a vida e a consciência sociais são determinadas.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, me serviu de guia para meus estudos, pode formular-se, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. (MARX, 2008, p. 47)

Na obra *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels, reiterando a concepção materialista, afirmam que

as premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são, pois, verificáveis por via puramente empírica. (MARX, 2007, p.10)

E mais adiante:

Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um *modo de via* determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o *que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (MARX, 2007, p.11)

Marx chama atenção, e poderíamos dizer que o faz como forma de crítica mesmo, para o fato de que cada modo de produção conhecido é situação histórica, construída conforme a capacidade das forças sociais em luta. Não se trata de uma situação natural na qual existiria por toda a história da humanidade. Conforme as forças sociais contraditórias se digladiam entre si, o modo de produção, o modo

como a humanidade irá produzir os bens dos quais necessita para viver vai sendo superado e uma nova síntese emerge na realidade.

No célebre panfleto *O Manifesto Comunista*, Marx reflete sobre o surgimento da sociedade burguesa (nova síntese) surgida como resultado da decadência do modo de produção feudal:

Num certo estágio do desenvolvimento destes meios de produção e de intercâmbio, as relações em que a sociedade feudal produzia e trocava, a organização feudal da agricultura e da manufatura — numa palavra, as relações de propriedade feudais — deixaram de corresponder às forças produtivas já desenvolvidas. Tolham a produção, em vez de a fomentarem. Transformaram-se em outros tantos grilhões. Tinham de ser rompidas e foram rompidas. (MARX; ENGELS, 2005, p. 57)

Assim, no entender de Marx, essas forças sociais, as quais se encontram em permanente conflito⁸, se configuram em classes que se transformam em um verdadeiro *motor da história*. Marx então identifica diversos *modos de produção*⁹ na história da humanidade. Percebe que são construções históricas e, por isso, aparecem e desaparecem de tempos em tempos.

Com o modo de produção capitalista, a coisa não se dá de forma distinta. A consciência moldada pelo cotidiano alienante da sociedade burguesa faz com que o capital pareça eterno e natural, como se tivesse nascido juntamente com a humanidade e existiria até seu desaparecimento. Reificação e fetiche da mercadoria andam juntos no cotidiano que oculta os verdadeiros significados do capital.

É aí que a idéia de crise se faz presente na análise de Marx como uma especificidade do modo de produção capitalista. Como será aqui demonstrado, o capital traz consigo, em seus pressupostos de existência, a possibilidade de crise. Trata-se assim, de um modo de produção que é historicamente determinado, exposto a crises que desafiam seus pressupostos e suas condições de existência. Em Marx, o capital não é somente determinação histórica e, por isso, passível de desaparecer. Em suas análises, logrou demonstrar que, além disso, o capital traz em si mesmo as condições de sua destruição e (ou?) superação.

⁸ Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo [Leibeigener], burgueses de corporação [Zunftbürger] e oficial, em suma, opressores e oprimidos estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta ora aberta, uma luta que, de cada vez, acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta (MARX; ENGELS, 2005, p. 52).

⁹ Em *A Ideologia Alemã*, Marx quer dizer que os “diversos estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes de propriedade” (MARX, 2007, p.12). Estas correspondem à propriedade tribal, propriedade comunal e estatal antiga e à propriedade feudal.

Podemos determinar dois elementos que desafiam a existência do capital sendo um de ordem externa e outro de ordem intrínseca, coexistente com os fundamentos do capital: a classe proletária e as crises. Naquela trata-se de um aspecto político que se coloca (em última instância) em constante luta frente à extração de mais-valia e ao avanço da acumulação capitalista, mas que, ao mesmo tempo, é, contraditoriamente, posta pelo próprio capital. Já as crises são fenômenos com os quais o modo de produção capitalista se depara de tempos em tempos e no qual as condições de reprodução do próprio modo de produção são postas à prova

O capital traz consigo, em seus pressupostos de existência, a possibilidade de crise. Além disso, a crise no capitalismo se manifesta de modo especial como crise de superprodução de mercadorias. Marx descreve e analisa a possibilidade de crise como crítica, tal qual aparece no subtítulo de *O capital: -crítica da economia política*” (neste caso, como crítica específica ao modo de produção capitalista). A noção de crise traz consigo a crítica à Economia Política clássica e à noção de capital como modo de produção eterno e natural.

Em *A miséria da filosofia*, Marx (2007, p. 110) desconstrói a idéia de ordem natural da economia burguesa:

Os economistas têm uma maneira diferente de proceder. Para eles só há duas espécies de instituições, as da arte e as da natureza. As instituições do feudalismo são instituições artificiais, as da burguesia são instituições naturais. Assemelham-se aos teólogos que também estabelecem duas espécies de religiões. Qualquer religião que não é a sua é uma invenção dos homens, ao passo que sua própria religião é uma emanção de Deus. Dizendo que as relações atuais, as relações da produção burguesa são naturais os economistas querem dizer com isso que se trata de relações nas quais se cria riqueza e se desenvolvem as forças produtivas de acordo com as leis da natureza. Portanto, essas relações são elas próprias leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem reger sempre a sociedade. Assim, houve história, mas não haverá mais. Houve história, visto que existiam instituições feudais e nessas instituições do feudalismo se encontram relações de produção totalmente diferentes daquelas da sociedade burguesa, que os economistas querem passar por naturais e, portanto, eternas.

Quanto à Economia Política clássica, Marx desconstrói o mito da “não invisível” de Adam Smith, a qual teria o poder de alocar os recursos produtivos de modo perfeito e, por isso, as possibilidades de crises estariam descartadas.

Enquanto alguns economistas e pensadores julgam o modo de produção capitalista como o mais racional, Engels também contribui para a desconstrução da noção de eternidade e racionalidade do capital. Afirma que:

O economista deixa-se levar com sua bela teoria da oferta e da procura e demonstra-nos que “nunca se pode produzir demais” – e a prática responde com as crises comerciais que aparecem tão regularmente como os cometas de tal modo que, hoje, temos uma, em média, a cada cinco ou sete anos. Tais crises produzem-se há vinte anos com a mesma regularidade que as grandes epidemias de outrora e trouxeram mais miséria e imoralidade que elas. (ENGELS, 1981, p.70)

Marx demonstra que a possibilidade de crise no modo de produção capitalista pode ser percebida já nos seus pressupostos fundamentais. Assim, este fato é possível ser deduzido da análise da categoria mais elementar do capital – a mercadoria. O duplo caráter da mercadoria (valor de uso e valor de troca) escondido em seu interior proporciona a possibilidade, ainda que formal, de crise. Ocorre que esse duplo caráter, que se configura em formas opostas, só vem a existir, a se realizar e se manifestar, na troca.

2.4 A troca: momento da abstração

Os estudos de Marx têm como um de seus objetivos principais a análise do valor por meio da rearticulação das categorias econômicas analisadas pelos “clássicos” (Smith, Ricardo etc.) e, nesse processo, realizar a *crítica da economia política*. É daí que se estabelece sua *teoria do valor-trabalho*. Neste ínterim, Marx analisa as formas do valor, isto é, do valor como forma histórica e social específica. Afirma que:

A forma valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, contudo também a forma mais geral do modo burguês de produção, que por meio disso se caracteriza como uma espécie particular de produção social e, com isso, ao mesmo tempo, historicamente. Se, no entanto, for vista de maneira errônea como a forma natural eterna da produção social, deixa-se também necessariamente de ver o específico da forma valor, portanto da forma mercadoria, de modo mais desenvolvido da forma-dinheiro, da forma capital etc. Encontram-se por isso, entre os economistas que concordam inteiramente com a medida da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho, os mais contraditórios e confusos conceitos de dinheiro, isto é, da figura terminada de equivalente geral. Isso se apresenta de forma mais cabal, por exemplo, no tratamento do sistema bancário, no qual já não bastam as definições banais do dinheiro. (MARX, 1988, p.76, v.1, nota 32)

Nessa passagem, Marx chama atenção para o fato de que a forma valor se *caracteriza como uma espécie particular de produção social*, vale dizer, modo de produção histórico. Tendo isto em vista, a forma valor existente no modo de

produção capitalista não é forma natural de produção, mas sim forma do *modo burguês de produção*. Por isso, deve ser tratada como modo de produção histórico, suscetível à destruição e à superação. A crise é, portanto, o fator especial que pode levar o modo de produção capitalista a seu fim.

Mas a crise que pode levar o capital à destruição emerge de um modo especial e particular, pois, é o próprio capital que traz consigo a possibilidade de crise. Pode-se dizer que, no capitalismo, a crise existe como verdadeira potência pronta a explodir tão logo suas condições de aparecimento venham à tona e, historicamente, isto acontece de tempos em tempos, de forma cíclica.

Nesse contexto, Marx vai demonstrar como a crise é determinação intrínseca ao capital. Para tanto, analisa a forma valor em seu desenvolvimento e seus desdobramentos no interior do movimento do capital. Observa, detalhadamente, o desenvolvimento lógico das formas do valor.

Marx inicia seu *O Capital* analisando a mercadoria em si como coisa individual. É daí que parte para chegar, por meio de deduções, às definições e conceitos mais complexos referentes ao capital. Essa análise inicial se dá no nível do *capital em geral*¹⁰, ou seja, sem levar em conta as implicações trazidas pela concorrência entre os capitalistas e o sistema de crédito (capital financeiro). Nesse nível categorial, Marx está interessado em analisar a forma-mercadoria. Assim, acaba por identificar no interior dela um duplo caráter definido nas formas *valor de uso* e *valor de troca*. Tais formas, encontradas no interior da mercadoria, estabelecem uma oposição entre si que, não obstante sustentarem tal oposição, são partes integrantes de uma unidade.

O valor de uso, explica Marx, é percebido pela utilidade que a coisa proporciona, vale dizer, sua qualidade. O outro aspecto ou momento do duplo caráter da mercadoria é o valor de troca. Marx (1988, p. 46. v. 1) afirma que “os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca”.

¹⁰ [...] Como apontado na página 6 deste trabalho, Rosdolsky (op. cit., p. 40) afirma que Marx começa com o *capital em geral* [grifo nosso] para chegar, através do exame da concorrência e do sistema de crédito, à forma mais acabada que o capital assume - o capital dividido em ações.

Assim, a mercadoria carrega consigo, no modo de produção capitalista, já que é esta a *sociedade que nos propomos examinar*, estas duas determinações que se configuram em formas do valor.

Estas formas do valor contidas na mercadoria só podem existir no modo de produção capitalista, pois, é nele que se configura um modo especial de mercadoria, qual seja, a mercadoria produzida para a troca. Sendo assim, é a troca que determina as relações sociais no interior do capitalismo. É a troca que estabelece um *nexo social* entre os indivíduos e aí, portanto, estabelece uma sociabilidade entre eles. Ocorre que a troca é realizada como atividade social, pois a divisão social do trabalho faz crescer a especialização da produção entre os indivíduos isolados. Estes passam a depender cada vez mais da produção *de outrem* para atenderem suas necessidades. Desse modo,

Essa cisão do produto do trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem realmente duplo caráter social. Por um lado, eles têm de satisfazer determinada necessidade social, como trabalhos determinados úteis, e assim provar serem participantes do trabalho total, do sistema naturalmente desenvolvido da divisão social do trabalho. Por outro lado, só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado útil particular é permutável por toda outra espécie de trabalho privado, portanto lhe equivale. (MARX, 1988, p.71- 2, v.1)

Como se pode observar, as citadas formas do valor (uso/troca) são, na verdade, produtos do trabalho, pois, o trabalho é a fonte original do valor. Mas o valor e, por conseguinte, *essa cisão do produto do trabalho em objecto útil e objecto de valor*, só pode existir quando há produção para a troca. Assim, *só satisfazem as diversas necessidades dos próprios produtores, à medida que cada espécie de trabalho privado útil seja permutável*. Ocorre que, para haver tal permuta, isto é, para haver troca, é necessário um elemento em comum referente aos produtos de qualidade diferentes que se desejam trocar - uma medida ou uma quantificação para que possam ser comparados os produtos de diferentes qualidades¹¹. Por isso, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a

¹¹ Ambas são, portanto, iguais a um terceiro que em si e para si não é nem uma nem outra. Cada uma das duas, como valor de troca, deve, portanto, ser redutível a essa terceira. (MARX, 1988, p. 46, v.1)

relação de troca das mercadorias (MARX, 1988, p. 46-7, v. 1). Esta abstração ocorre à medida que os diversos trabalhos concretos produtores de objetos de qualidades distintas têm de ser comparados por meio de algum elemento em comum. Mas este elemento em comum é o próprio trabalho humano, que se caracteriza agora como *trabalho abstrato*.

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, v.1, p. 47)

É forçoso apontar que esta abstração que se realiza *se abstrairmos do valor-de-uso das mercadorias* não é uma abstração que se dá no pensamento, nem tampouco uma abstração subjetivista ou identificada em um nível fisiológico. Trata-se de uma abstração real que ocorre na realidade. Fausto chama atenção para leituras vulgares que se equivocam quanto a esta idéia. Afirma que:

Ao contrário dessas leituras vulgares, que identificavam ingenuamente trabalho abstrato e trabalho *em geral*, o que ou nos remete ao nível fisiológico (o trabalho abstrato como gasto fisiológico de músculos, nervos etc.) ou nos condena a uma subjetivação do conceito (o trabalho abstrato como a *representação* abstrata do trabalho em geral), esses autores¹² consideram com razão o trabalho abstrato, e o valor, como uma abstração (social) real. (FAUSTO, 1983, p. 89)

Neste ponto, Marx identifica uma metamorfose ocorrida nos produtos do trabalho nos quais *as diversas formas concretas que distinguem as diferentes espécies de trabalho* desaparecem. A partir desse momento, o que se tem em comum em todas as mercadorias é o trabalho humano despendido na sua produção. Esse trabalho existe em comum a todas elas, independentemente de qualquer que seja sua forma concreta e particular de trabalho utilizado para produzi-las. Desse modo, essa força de trabalho humano que se manifesta como *–crystalizações dessa*

¹² Ruy Fausto se refere a Cornelius Castoriadis, Calude Leforte, Böhm-Bawerk e alguns *–althusserianos*”.

substância social comum a todas elas, são elas valores – valores-mercantis” (MARX, 1988, p. 47, v. 1).

Esse trabalho humano cristalizado nas mercadorias é o que Marx conceitua como trabalho abstrato. Nesse ponto, os valores de cada mercadoria podem ser postos em comparação entre si a fim de serem trocados e comercializados. A medida desses valores, então, se dá por meio da verificação do *tempo de trabalho socialmente necessário*. Marx (1988, p. 48, v. 1) explica afirmando que:

[...] o trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário.

A abstração a que Marx se refere é, então, uma abstração real, que ocorre na realidade no momento em que se realiza a troca de mercadorias no interior da sociedade capitalista. Em *Contribuição à crítica da economia política*, essa idéia se afirma no sentido de que:

Para medir os valores de troca das mercadorias mediante o tempo de trabalho a elas incorporado, é necessário que os diferentes trabalhos sejam reduzidos a trabalho não diferenciado, uniforme, simples: a trabalho que é idêntico pela qualidade e não se distingue senão pela quantidade. Esta redução apresenta a aparência de uma abstração, mas é uma abstração que ocorre todos os dias no processo de produção social. A conversão de todas as mercadorias em tempo de trabalho não supõe uma abstração maior, como tampouco é menos real que a [conversão] de todos os corpos orgânicos em ar. (MARX, 2008, p. 55-6)

2.5 O dinheiro: dedução lógica da forma-valor

Após identificar e conceituar o que há de comum em todas as mercadorias – o fato de serem produtos trabalho (abstrato) e se tornarem mercadorias permutáveis – e, com isso, prosseguir sua crítica à economia política, Marx empreende uma análise da *gênese do dinheiro*, acentuando sua crítica aos economistas clássicos por faltarem a esta tarefa. Nesse sentido, afirma que:

Toda pessoa sabe, ainda que não se saiba mais do que isso, que as mercadorias possuem uma forma comum de valor, que contrasta da maneira muito marcante com a heterogeneidade das formas naturais que apresentam seus valores de uso - a forma dinheiro. Aqui cabe, no entanto, realizar o que não foi jamais tentado pela economia burguesa, isto é, comprovar a gênese dessa forma dinheiro, ou seja, acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro. Com isso desaparece o enigma do dinheiro. (MARX, 1988, p. 54, v.1)

Como exposto acima, para que os distintos trabalhos individuais (concretos) possam ser disponibilizados para a troca, é necessário que se efetue uma *redução* que *aparece como uma abstração*. Desse processo, Marx formula o conceito de trabalho abstrato. Essa é uma abstração real, que ocorre na realidade, na troca, onde há abstração das qualidades concretas dos produtos. Realizada tal abstração, os trabalhos concretos passam a aparecer como mero *dispêndio de força humana de trabalho, independentemente da forma particular que revestiu o dispêndio dessa força*.

Assim, quando as forças produtivas atingiram certo patamar no qual passou a haver produção exclusivamente para a troca (não mais para o próprio consumo), tornou-se necessário haver comparação entre os valores dos diferentes produtos dos trabalhos individuais. Nesse nível de desenvolvimento da divisão social do trabalho, Marx (1988, p. 80, v. 1) explicita que

todas as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores. Elas precisam, portanto, universalmente, mudar de mãos. Mas essa mudança de mãos constitui sua troca e essa troca as refere como valores entre si e as realiza como valores. As mercadorias têm que realizar-se, portanto, como valores, antes de poderem realizar-se como valores de uso.

Quando ocorre a troca, há, necessariamente, comparação do valor de uma mercadoria com outra. Como descrito acima, essa comparação se realiza conforme o tempo de trabalho necessário *crystalizado* em cada mercadoria para que se possa instituir seu valor. Então, nesse movimento de comparação, *percebe-se que para todo possuidor de mercadoria toda mercadoria alheia funciona como equivalente particular de sua mercadoria, portanto, como equivalente geral de todas as outras mercadorias*” (MARX, 1988, p. 80, v.1).

A mercadoria fixada como equivalente no processo de troca vê seu valor de uso cumprir a função de *corpo de valor, material de expressão* da forma-valor relativa. O valor de uso da mercadoria que cumpre a função de forma-valor equivalente, além de servir como valor de troca para a outra mercadoria, serve como *material de expressão* do valor da forma-valor relativa. Desse modo,

Por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria B torna-se forma de valor da mercadoria A ou o corpo da mercadoria B o espelho do valor da mercadoria A. Ao relacionar-se com a mercadoria B como corpo de valor, como materialização de trabalho humano, a mercadoria A torna o valor de uso de B material de sua própria expressão de valor. O valor da mercadoria A, assim expresso no valor de uso da mercadoria B, possui a forma valor relativo. (MARX, 1988, p. 57, v. 1)

O valor de uso da mercadoria que cumpre a função de forma equivalente faz, agora, além de oposição interna ao valor de troca no interior da própria mercadoria, oposição ao valor de troca de outra mercadoria que se deseja trocar.

Mas, além dessa oposição entre os valores de cada mercadoria que se vê posta para a troca, é necessário que seja encontrada ou selecionada uma mercadoria mesma na qual os valores de todas as outras possam ser comparáveis. Com isso, essa tal mercadoria pode cumprir uma específica função de *equivalente geral* em relação ao valor das demais. Mas isto “somente a ação social pode fazer” (MARX, 1988, p. 81, v. 1). Então, há neste ponto um processo no qual a ação “social de todas as outras mercadorias, portanto, exclui determinada mercadoria para nela representar universalmente seus valores” (MARX, 1988, p. 81, v. 1).

Isso ocorre porque os trabalhos individuais e privados de cada produtor, neste nível, só satisfazem as diversas necessidades dos próprios produtores, na medida em que cada espécie de trabalho privado útil é permutável - isto é, é equivalente a qualquer outra espécie de trabalho privado útil.

Após esse processo, a mercadoria selecionada passa a cumprir sua função social de equivalente geral do valor de todas as mercadorias, vindo a ser a forma equivalente social válida. [...] Assim ela torna-se – dinheiro” (MARX, 1988, p. 81, v. 1).

Em Marx, o dinheiro aparece como resultado do desenvolvimento histórico da troca e é elemento necessário para que haja troca e para que os produtos dos trabalhos individuais se tornem mercadorias permutáveis. Esse processo faz do dinheiro forma independente e autônoma do valor das mercadorias. O valor, agora,

é expresso pela forma dinheiro e põe na circulação a oposição encoberta no interior da mercadoria entre valor de uso e valor. A oposição valor de uso/valor contida no interior da mercadoria se manifesta, nesse momento, na troca, pois,

a antítese interna entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma antítese externa, isto é, por meio da relação de duas mercadorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso funciona diretamente apenas como valor de uso; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso, vale diretamente apenas como valor de troca. A forma simples de valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma simples de manifestação da antítese entre valor de uso e valor, nela contida. (MARX, 1988, p. 63, v. 1)

Nesse momento, cada mercadoria cumpre uma função na oposição com a qual elas se manifestam. Desse processo aparece uma nova metamorfose da mercadoria, a “duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro” (MARX, 1988, p. 81, v. 1).

A ampliação e aprofundamento históricos da troca desenvolvem a antítese entre valor de uso e valor latente na natureza da mercadoria. A necessidade de dar a essa antítese representação externa para a circulação leva a uma forma independente do valor da mercadoria e não se detém nem descansa até tê-la alcançado definitivamente por meio da duplicação da mercadoria em mercadoria e em dinheiro. Na mesma medida, portanto, em que se dá a transformação do produto do trabalho em mercadoria, completa-se a transformação da mercadoria em dinheiro. (MARX, 1988, p. 81, v. 1)

O dinheiro é a mercadoria na qual todas as outras se baseiam para medir seus valores. Essa função surge para o dinheiro, segundo explicado acima, conforme a contradição interna da mercadoria valor de uso/valor se exterioriza no processo de troca. O dinheiro serve então como

forma de manifestação do valor das mercadorias ou de material, no qual as grandezas de valor das mercadorias se expressam socialmente. Forma adequada de manifestação do valor ou materialização de trabalho humano abstrato [...] (MARX, 1988, p.83, v. 1)

No momento da troca, a *ação social* pela qual uma mercadoria se transforma em dinheiro fixa a forma valor específica da mercadoria. “O processo de troca dá à mercadoria, a qual é transformada em dinheiro, não o seu valor, porém sua forma valor específica” (MARX, 1988, p. 83, v. 1). Além disso, o “dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho” (MARX, 1988, p. 87, v.1).

A análise de Marx demonstra o movimento de metamorfose realizado pela mercadoria no momento da produção para a troca¹³. O dinheiro é mercadoria, vale dizer, é forma transfigurada da mercadoria. Por isso, —ão se percebe que o ouro, como simples mercadoria, não é dinheiro e que as outras mercadorias em seus preços se relacionam a si mesmas com ouro, como sua própria figura monetária” (MARX, 1988, p. 94, v.1)

Além disso, a transformação ou duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro exterioriza a antítese ou oposição encontrada no interior dela própria entre valor de uso/valor de troca¹⁴. Mas, como os dois polos dessa oposição são mercadorias, ambos são —unidades de valor de uso e valor” (MARX, 1988, p. 94, v.1). São formas antitéticas das mercadorias manifestadas nos —movimentos reais de seu processo de intercâmbio” (MARX, 1988, p. 94, v.1).

Cabe também salientar que o dinheiro cumpre funções específicas. O dinheiro cumpre uma função de *medida de valor*, a qual é forma de manifestação da medida do valor das mercadorias, qual seja, o tempo de trabalho. Mas,

não é por meio do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Sendo todas as mercadorias, enquanto valores, trabalho humano objetivado e, portanto, sendo em si e para si comensuráveis, elas podem medir seus valores em comum, na mesma mercadoria específica e com isso transformar esta última em sua medida comum de valor, ou seja, em dinheiro. Dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho. (MARX, 1988, p. 87, v.1)

E mais: como medida de valor, o dinheiro representa o preço das mercadorias, pois,

a mercadoria equivalente, o ouro, já possui o caráter de dinheiro (idem). Isto, pois, a expressão de valor de uma mercadoria em ouro — x da mercadoria A = y da mercadoria monetária —, é sua forma de dinheiro ou seu preço (idem). Isto é, pode ocorrer visto que, como medida de valor, serve para transformar os valores das mais variadas mercadorias em preços, em quantidades imaginárias de ouro; como padrão dos preços, mede essas quantidades de ouro. (MARX, 1988, p. 89, v.1)

¹³ —Temos, por isso, de observar o processo inteiro segundo o aspecto formal, portanto somente a mudança de forma ou a metamorfose das mercadorias, a qual media o metabolismo social” (MARX, 1988, p. 94, v. 1).

¹⁴ Nessa antítese, as mercadorias confrontam-se, como valores de uso, com o dinheiro, como valor de troca (MARX, 1988, p. 94, v. 1).

O dinheiro também figura em *O Capital* como *meio de circulação*. Sua qualidade de dinheiro permite que a mercadoria circule das mãos do vendedor para as do comprador. Isso pode acontecer, pois “o ouro se tornou dinheiro ideal ou medida de valor porque todas as mercadorias medem nele seus valores” (MARX, 1988, p. 97, v.1). Aqui, temos a figura do equivalente geral do valor de todas as mercadorias. Mas, mais que isso, o dinheiro funciona como *figura real de valor* (MARX, 1988, p. 97, v.1). Assim, o dinheiro pode ser visto como a *materialização* do trabalho abstrato. O dinheiro permite que haja circulação de mercadorias¹⁵. O movimento de metamorfose da mercadoria só pode completar-se perante a intervenção do dinheiro, pois,

o resultado da circulação, substituição de uma mercadoria por outra mercadoria, aparece, portanto, intermediado não pela própria mudança de forma, porém pela função do dinheiro como meio circulante, o qual circula as mercadorias em si mesmas inertes, transferindo-as das mãos na qual elas são não-valores de uso para as mãos na qual elas são valores de uso, sempre em direção contrária a seu próprio curso. (MARX, 1988, p.101, v.1)

O movimento do dinheiro é, por assim dizer, “expressão da circulação de mercadorias” (MARX, 1988, p.101, v.1).

2.6 A crítica à economia política clássica – desconstrução do mito do equilíbrio das trocas

Marx visualiza o processo de metamorfose das mercadorias ocorrido na troca por meio da seguinte equação: $M - D - M$. Nela se pode visualizar o primeiro movimento como $M - D$ (venda) troca de mercadoria M por dinheiro D ; e o segundo movimento $D - M$ (compra), troca de dinheiro D por mercadoria M . Mas, diferentemente do que poderia parecer, esse processo ocorre de uma só vez, de forma simultânea. Os dois momentos ocorrem ao mesmo tempo, são momentos de uma unidade.

A realização do preço ou da forma valor meramente ideal da mercadoria é, por isso, simultânea e inversamente, a realização do valor de uso somente ideal do dinheiro; a transformação de mercadoria em dinheiro é, ao mesmo tempo, transformação de dinheiro em mercadoria. O processo uno é processo bilateral, do polo do possuidor de mercadorias, venda, do polo

¹⁵ A mercadoria que funciona como medida de valor e também, corporalmente ou por intermédio de representantes, como meio circulante, é o dinheiro (MARX, 1988, p.110, v. 1).

contrário, do possuidor de dinheiro, compra. Ou venda é compra, M – D ao mesmo tempo D – M. (MARX, 1988, p. 97, v. 1)

Além disso,

A primeira metamorfose de uma mercadoria, sua transformação da forma mercadoria em dinheiro, é sempre, simultaneamente, a segunda metamorfose inversa de outra mercadoria, sua retransformação da forma dinheiro em mercadoria. (MARX, 1988, p. 97, v. 1)¹⁶

Na equação M – D – M, venda e compra são dois atos que relacionam duas pessoas e as colocam em oposição, sendo estas o possuidor de mercadoria e o possuidor de dinheiro. O problema advém do fato de que há um momento nesse processo que Marx identifica como um *repouso, uma fase da vida da mercadoria, que pode durar mais ou menos tempo*. É possível então que ocorra um intervalo no interior do processo pelo fato de que o possuidor de dinheiro pode decidir não realizar uma compra, mesmo tendo efetuado uma venda. É o que Marx explica na seguinte passagem:

Como a primeira metamorfose da mercadoria é, ao mesmo tempo, venda e compra, esse processo parcial é, simultaneamente, um processo autônomo. O comprador tem a mercadoria, o vendedor tem o dinheiro, isto é, uma mercadoria que conserva uma forma apta para a circulação, quer apareça mais cedo ou mais tarde de novo no mercado. Ninguém pode vender sem que outro compre. Mas ninguém precisa comprar imediatamente apenas por ter vendido. (MARX, 1988, p. 100, v. 1)

Quando isto ocorre, a circulação é interrompida, a unidade da equação M – D – M é rompida, seus laços são quebrados e o intercâmbio não é completado.

A circulação rompe as limitações temporais, locais e individuais do intercâmbio de produtos precisamente porque parte da identidade imediata que existe aqui entre a alienação do próprio produto de trabalho e a aquisição do alheio, na antítese entre venda e compra. (MARX, 1988, p.100, v. 1)

A unidade interna anteriormente observada é desfeita por meio de uma antítese externa, na qual os processos se autonomizam. Se essa interrupção da unidade da citada equação se prolonga por algum tempo, *a unidade se faz valer de*

¹⁶ Nada pode ser mais ridículo que o dogma de que a circulação de mercadorias condiciona um equilíbrio necessário entre as vendas e compras, porque cada venda é compra e vice-versa. Se isso significa que o número das vendas efetivamente realizadas é igual ao mesmo número de compras é uma trivial tautologia. (MARX, 1988, p. 99-100, v. 1)

forma violenta, por meio de uma – crise. A contradição encontrada no interior das mercadorias se manifesta nas formas desenvolvidas e antitéticas que se manifestam na metamorfose das mercadorias. É dessa dedução das formas da mercadoria, do movimento de metamorfose da mercadoria quando há produção especificamente para a troca, que Marx demonstra a possibilidade de crise. Assim, esta possibilidade está no interior do modo de produção capitalista. É trazida pelo modo como o próprio capital se desenvolve e se movimenta. O capital traz consigo mesmo as possibilidades e as condições para a crise e, por isso, para sua destruição.

Dessa dedução, Marx (1988, p.100, v. 1) conclui que

Essas formas encerram, por isso, a possibilidade, e somente a possibilidade das crises. O desenvolvimento dessa possibilidade até que se realize exige todo um conjunto de condições que, do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, ainda não existem, de modo algum.

As formas do valor que possibilitam a crise, o movimento de metamorfose das mercadorias num determinado momento do desenvolvimento do capital, apresentam um objetivo agora diferente. Se antes a troca de mercadorias, de valores de uso era o objetivo primeiro, agora, o dinheiro torna-se a finalidade precípua. A mercadoria não mais se transforma em dinheiro para, após isto, se retransformar em outra mercadoria, em um valor de uso com qualidades diferentes. A metamorfose, agora, visa à transformação da mercadoria em dinheiro.

Com o desenvolvimento inicial da própria circulação de mercadorias, desenvolve-se a necessidade e a paixão de fixar o produto da primeira metamorfose, a forma modificada da mercadoria ou a sua crisálida áurea. Vendem-se mercadorias não para comprar mercadorias, mas para substituir a forma mercadoria pela forma dinheiro. De simples intermediação do metabolismo, essa mudança de forma torna-se fim em si mesma. (MARX, 1988, p.111, v.1)

A metamorfose passa a ser a finalidade principal do capital. Com isso, tudo se torna conversível em dinheiro.

Como ao dinheiro não se pode notar o que se transformou nele, converte-se tudo, mercadoria ou não em dinheiro. Tudo se torna vendável e comprável. A circulação torna-se grande retorta social, na qual se lança tudo, para que volte como cristal monetário. (MARX, 1988, p.112, v.1)

O dinheiro é importante figura para a compreensão da crise e de suas possibilidades formais, pois, permite que o ciclo M – D – M, o ciclo da metamorfose

das mercadorias, seja percorrido de modo completo. Mas nesse contexto, a possibilidade de crise se apresenta justamente quando esse ciclo não se completa. A série de transformações pelas quais passa a mercadoria pode ser interrompida a qualquer momento.

O dinheiro, em certo nível de desenvolvimento da troca, ou mesmo, em um nível mais desenvolvido da sociedade mercantil, se torna fim em si mesmo. Isto ocorre tendo em vista que com o dinheiro, tudo, *mercadoria ou não*, pode vir a ser objeto de compra e venda.

Mas, como explicitado acima, a metamorfose, ou o ciclo de metamorfose da mercadoria pode não ser percorrido por completo.

Os possuidores de mercadorias, portanto, entram em contato apenas como representantes de equivalentes reciprocamente presentes. Com o desenvolvimento da circulação de mercadorias, porém, desenvolvem-se condições em que a alienação de mercadoria se separa temporalmente da realização de seu preço. (MARX, 1988, p.114, v.1)

Nesta passagem Marx identifica uma pausa no ciclo da metamorfose da mercadoria. Aí existe uma pausa temporal naquilo que deveria ser contínuo, ininterrupto. Sempre que houvesse uma compra, deveria haver ali, uma venda. Mas isto não ocorre necessariamente. Neste processo, o dinheiro se torna sujeito autônomo, tendo em vista que

o dinheiro funciona, agora, primeiro, como medida de valor na determinação do preço da mercadoria vendida. Seu preço fixado contratualmente mede a obrigação do comprador, isto é, a soma de dinheiro, a qual ele deve em certo prazo. Segundo, funciona como meio ideal de compra. Embora apenas exista no compromisso monetário do comprador, faz com que a mercadoria mude de mãos. Apenas ao vencer o prazo fixado para o pagamento, o meio de pagamento entra realmente em circulação, isto é, ele passa realmente das mãos do comprador para as do vendedor. O meio circulante converteu-se em tesouro, ao interromper o processo de circulação em sua primeira fase ou ao ser subtraída da circulação a forma transformada da mercadoria. O meio de pagamento entra na circulação, porém, depois que a mercadoria já se retirou dela. O dinheiro já não media o processo. Ele o fecha de modo autônomo, como existência absoluta do valor de troca ou mercadoria geral. [...] A figura de valor da mercadoria, dinheiro, torna-se, portanto, agora um fim em si da venda, em virtude de uma necessidade social que se origina das condições do próprio processo de circulação. (MARX, 1988, p.115, v. 1)

Nesta passagem, Marx explicita que o dinheiro passa a ser sujeito autônomo do processo de troca. Assim, o dinheiro passa a funcionar como *medida de valor* e,

mais tarde, como *meio ideal de compra* permitindo que a mercadoria se movimente de uma mão a outra, do vendedor para o comprador. Com o vencimento do prazo fixado para o pagamento sendo que é justamente nesta idéia de *prazo* que se tem a idéia de *pausa* na circulação, naquilo que deveria ser um movimento ininterrupto o dinheiro deve, por sua vez, circular, passar de uma mão a outra, passar das mãos do comprador para as do vendedor.

Tendo isso em vista, cabe salientar que o dinheiro permite a interrupção do processo. É aí que o dinheiro se converte em *tesouro* quando, nessa interrupção, se ausenta da circulação mesmo que por um momento, quando ainda não venceu o prazo para pagamento da compra. O dinheiro pode, então, retornar à circulação no momento em que se deve efetuar o pagamento. Daí que o dinheiro fecha o processo *de modo autônomo, como existência absoluta do valor de troca ou mercadoria geral*. Então, *a figura de valor da mercadoria*, vale dizer, a forma por excelência na qual se manifesta o valor, torna-se *um fim em si da venda, em virtude de uma necessidade social que se origina das condições do próprio processo de circulação*.

Tendo-se em vista tais características do dinheiro e sua influência no processo de troca e na circulação das mercadorias, Marx afirma que:

A função do dinheiro como meio de pagamento implica uma contradição direta. Na medida em que os pagamentos se compensam, ele funciona apenas idealmente, como dinheiro de conta ou medida de valor. Na medida em que se têm de fazer pagamentos efetivos, ele não se apresenta como meio circulante, como forma apenas evanescente e intermediária do metabolismo, senão como a encarnação individual do trabalho social, existência autônoma do valor de troca, mercadoria absoluta. (MARX, 1988, p.116, v.1)

Nessa passagem, Marx reafirma o caráter do dinheiro como sujeito autônomo do processo de circulação. O dinheiro passa a ser elemento que se autonomiza perante a troca e a metamorfose da mercadoria. Passa a ser a figura do valor, *existência autônoma do valor de troca*. O dinheiro atinge um nível de independência tal que se autonomiza perante o processo. Passa a determiná-lo. Determina seu movimento, sua pausa e sua continuação. Mas, como se pode observar, o dinheiro nessa função de meio de pagamento acaba por implicar uma *contradição* e, sendo assim, *essa contradição estoura no momento de crises comerciais e de produção a que se dá o nome de crise monetária*.

A crise é o momento no qual as contradições inscritas no próprio ser do capital, no seu interior, no seu movimento, vêm à tona. A crise é o momento de exacerbação das contradições existentes no interior da mercadoria e nas formas pelas quais o valor toma para si. À medida que a troca e o sistema de pagamentos se desenvolvem em formas cada vez mais sofisticadas, mais oportunidades se encontram para que essas contradições possam ser visualizadas na realidade.

A crise monetária –ocorre somente onde a cadeia em processamento dos pagamentos e um sistema artificial para sua compensação estão plenamente desenvolvidos” (MARX, 1988, p. 116, v. 1). Isto que dizer que onde o valor alcança sua forma de manifestação mais desenvolvida, onde há dinheiro, sistema de pagamentos e crédito, a contradição interna da mercadoria, valor de uso/valor, se exterioriza. Nesse nível, o sistema de troca, o comércio em geral, traz as condições para que as crises apareçam de tempos em tempos. –Na crise, a antítese entre a mercadoria e sua figura de valor, o dinheiro, é elevada a uma contradição absoluta” (MARX, 1988, p. 116, v. 1).

A antítese encontrada no interior da mercadoria se exterioriza. A antítese valor de uso e valor se exterioriza na forma de uma oposição entre mercadoria e dinheiro. A síntese pode vir a ser a crise, vale dizer, a violenta união daquilo que, antes, figurava como polos de uma unidade e que, em certo momento, foi separado.

3 A CRISE: DEDUÇÃO DA METAMORFOSE DA MERCADORIA

3.1 O problema das crises e a crítica a David Ricardo

Em *Teorias da mais-valia*, Marx, ao mesmo tempo em que expõe suas análises sobre o capital, realiza, como na maioria de suas obras, a crítica à economia política clássica. Nesta obra o problema das crises é apreciado ao mesmo tempo em que Marx cita escritos de outros economistas para demonstrar os equívocos em suas concepções. David Ricardo é um dos economistas que figura como dos mais analisados e criticados por Marx. Assim, Marx cita e ao mesmo tempo desconstrói as idéias de Ricardo à medida que analisa de forma meticulosa, as condições e as possibilidades das crises.

Numa importante passagem da citada obra, Marx reitera sua opção de analisar, num primeiro momento, somente as formas do capital, vale dizer, as formas do valor. Desse modo, afirma que

aqui só temos de examinar as formas por que passa o capital nas fases diversas de seu movimento. Não se analisam, portanto, as condições efetivas nas quais se dá o processo real de produção. Supomos sempre que a mercadoria se vende pelo valor. Não consideramos a concorrência entre os capitais, nem o sistema de crédito, nem a constituição real da sociedade [...] Todavia, no estudo sobre o dinheiro, já verificamos que este, tanto na forma em geral diferente da forma natural da mercadoria, quanto na forma de meio de pagamento, encerra a possibilidade de crises; e o estudo da natureza geral do capital evidencia ainda mais essa possibilidade, mesmo sem se prosseguir na pesquisa das relações reais que constituem precondições no processo efetivo de produção. (MARX, 1983, p. 928-9)

Neste ponto, Marx reitera a importância da análise minuciosa das formas pelas quais se movimenta o capital no seu processo de produção e reprodução. Por isso, sustenta que é necessário apenas *examinar as formas por que passa o capital nas fases diversas de seu movimento*. Ainda não se tem aqui a necessidade de pôr em questão as determinações reais (empíricas), nas quais se manifestam as relações econômicas do modo de produção capitalista, vale dizer, *o processo real de produção*. Tendo isso em vista, quando da análise do movimento das formas, fica suposto que a *mercadoria se vende pelo valor*. Isto que dizer que ainda não se

considera a variação dos preços¹⁷. Estes são formas de manifestação do valor, mais precisamente do valor de troca, o qual, na realidade concreta, no nível superficial, expressa uma grandeza monetária que gravita, flutua em torno do valor.

Ainda na citada passagem, Marx afirma que o dinheiro em sua forma geral ou na função de meio de pagamento traz consigo a possibilidade de crise e isto se estende ao capital em geral já que *o estudo da natureza geral do capital evidencia ainda mais essa possibilidade de crise*. Assim, o dinheiro, por sua própria natureza, enseja a erupção de crises.

Após explicitar estas idéias, Marx, na mesma obra, passa a pôr em questão algumas análises de Ricardo. Assim, na seguinte passagem, refere-se diretamente ao clássico economista e explica que

o ponto de vista (na verdade de James Mill) que Ricardo tomou de empréstimo ao monótono Say [...] de ser impossível superprodução ou pelo menos *pletora geral do mercado* baseia-se na proposição de se trocarem produtos por produtos ou, como diz Mill, no “equilíbrio metafísico entre vendedores e compradores”. O que levou ao axioma de a procura ser determinada apenas pela produção ou de ser idêntica à oferta. (MARX, 1983, p. 929)

Com isso, Marx realiza a crítica aos economistas clássicos e passa a desconstruir o mito do equilíbrio entre oferta e demanda. A noção de Ricardo de que uma superprodução de mercadorias seria impossível, visto que oferta e demanda estão sempre em equilíbrio, se apresenta como um grave equívoco. A esse respeito, Marx demonstra que, como dito acima, a circulação pode ser interrompida a qualquer momento ou, por assim dizer, compra e venda podem imobilizar-se no tempo.

Nesta crítica a Ricardo, devemos enfatizar a idéia de *equilíbrio metafísico entre vendedores e compradores*. Nesta expressão Marx chama atenção para o fato de que nem tudo que se põe à venda, necessariamente, acaba por encontrar um comprador. Isso ocorre porque os possuidores de dinheiro podem reter sua quantia monetária a qualquer momento e não efetuarem a compra. A racionalidade da troca indica que, ao mero sinal de crise ou dificuldades financeiras, os possuidores de dinheiro podem reter sua quantia em vez de efetuarem uma compra, vale dizer,

¹⁷ O valor de troca das mercadorias, expresso desse modo ao mesmo tempo como equivalência geral e como grau dessa equivalência numa mercadoria específica ou numa só equação das mercadorias com outra específica, é o preço. O preço é a forma metamorfoseada sob a qual aparece o valor de troca das mercadorias dentro dos limites do processo de circulação. (MARX, 2008, p. 96)

colocar dinheiro em circulação. O dinheiro, na sua qualidade de materialização do valor e por isso poder comprar a qualquer tempo, faz com que a troca possa ser interrompida a qualquer momento.

Outro ponto a ser destacado nessa passagem é a crença fundada no fato de *a procura ser determinada apenas pela produção ou de ser idêntica à oferta*. A produção capitalista não produz para suprir as necessidades materiais dos indivíduos. O consumo individual é somente a realização da mais-valia extraída do processo de produção e reprodução do capital. A produção não tem seu ritmo aumentado ou diminuído segundo as necessidades sociais por produtos em geral. Esta não é a causa primeira da produção capitalista. Demanda e oferta não são idênticas em todo momento. A produção segue o ritmo necessário para possibilitar a reprodução do capital.

Em suas *Teorias da mais-valia*, Marx (1983, p. 931) explica essa idéia ao afirmar que

[...] o objetivo direto da produção capitalista não é o valor de uso, mas o valor de troca e em especial incremento da mais-valia. Este é o motivo que impulsiona a produção capitalista, e é um primor de concepção a que, para escamotear as contradições da produção capitalista, omite-lhe a base e faz dela uma produção dirigida para o consumo imediato dos produtores.

Como citado, o objetivo primeiro do capital não é produzir valores de uso e, conseqüentemente, suprir as diversas necessidades individuais dos consumidores. O *objetivo direto da produção capitalista* é o valor de troca. Dizer que a produção capitalista é direcionada para o consumo, que seu ritmo é determinado pelo ritmo da demanda por produtos é, nas palavras de Marx, *escamotear as contradições*.

O ritmo e a intensidade da produção capitalista são determinados pela necessidade de reprodução do capital e pela acumulação e, por isso, manifestam contradições. A superprodução de mercadorias é dessas contradições propiciadas pelo próprio modo de ser do capital, pelo movimento de produção e reprodução de suas condições de existência.

Além disso, insiste Marx (1983, p.931) que

o processo de circulação do capital não se conclui num dia, mas se estende por período que se prolonga até o capital voltar à forma de partida; esse período coincide com o decurso de tempo em que os preços de mercado se nivelam aos preços de custo; durante ele ocorrem grandes transtornos e mudanças no mercado; sucedem variações na produtividade de trabalho e

em consequência no valor real das mercadorias. Considerando-se tudo isso, fica bem claro que, do ponto de partida – o capital pressuposto – até a volta dele depois de um desses períodos têm de se dar grandes catástrofes, amontoar-se e desenvolver-se elementos da crise, que de maneira nenhuma se eliminam com a pobre proposição de se trocarem produtos por produtos.

A circulação do capital permite que este assuma diversas formas até retornar à sua forma inicial. Enquanto isso, ocorrem diversos *transtornos e mudanças no mercado*. Há, nesse contexto, constantes *variações na produtividade do trabalho e, em consequência, no valor real das mercadorias*. Com isso, os *elementos da crise* se desenvolvem à espera do momento para vir à tona e manifestar sua violência.

Assim, deve-se ter em vista que a circulação é um processo que se prolonga no tempo, um ciclo que engloba diferentes fases, apesar da unidade que lhe confere. Não é de nenhum um modo, um movimento único e ininterrupto. Então, desde o início até o fim de seu movimento, há uma série de circunstâncias que fazem com que os elementos da crise fiquem de prontidão para aparecer diante de qualquer transtorno ocorrido no decurso de tempo em que se dá o movimento de circulação do capital.

Além disso, pode-se dizer que neste processo, o valor é posto à prova já que *“a comparação do valor num período com o valor das mesmas mercadorias em período posterior (...) constitui ao contrário o princípio fundamental da circulação”* (MARX, 1983, p. 931). Nesse ínterim, o valor, valor expresso em quantidade monetária, vale dizer, o preço das mercadorias, sofre uma série de perturbações que põe em desequilíbrio a comparação entre o que havia sido despendido de início com o que se apresenta no final do processo.

Ao se verificar o processo do ponto de vista das condições concretas da circulação, nas quais são comparados os valores em termos de preços, custos de produção e concorrência, Marx (1983, p. 930) trata de explicar o equívoco conceitual de Ricardo:

Se caírem, portanto, os preços de mercado das mercadorias (de todas ou da maioria, tanto faz) muito abaixo dos respectivos preços de custo, contrair-se-á o mais possível a reprodução do capital. A acumulação, porém, paralisa-se ainda mais. Mais-valia amontoada na forma de dinheiro (ouro ou bilhetes) só com prejuízo se converteria em capital. Fica por isso ociosa, entesourada nos bancos ou na forma de moeda escritural, o que em nada altera a natureza da situação. A mesma paralisação poderá surgir de causas opostas, quando faltarem as *precondições reais* da reprodução [...]

Ocorre paralisação na reprodução e, por isso, no fluxo da circulação. Compra e venda se imobilizam reciprocamente, e capital desocupado aparece na forma de dinheiro ocioso.

Realizada a comparação entre o montante despendido no início e o que se tem no final, se, no decurso do tempo de circulação houver mudanças no preço das mercadorias *muito abaixo dos respectivos preços de custo*, a reprodução e a acumulação do capital se veem ameaçadas. A taxa de lucro esperada pelo capitalista é pressionada para baixo e poderá não ser alcançada na medida esperada. Nesse contexto, a circulação pode vir a ser interrompida e, sendo assim, a mais-valia e o lucro não se realizam. Além disso, *a mesma paralisação poderá surgir de causas opostas, quando faltarem as condições reais da reprodução*, pois, compra e venda podem se dissociar.

Paralisação da reprodução e da acumulação do capital, queda na taxa de lucro, dinheiro ocioso etc., são algumas formas de manifestação da crise nos momentos em que suas condições de aparecimento estão dadas. A possibilidade de crise hiberna no interior do capital, no interior das formas do valor e na oposição interna encontrada na mercadoria, valor de uso/valor de troca. É, neste momento, quando o valor não completa sua metamorfose, no momento em que sua unidade não é refeita, que a crise encontra as condições propícias para sua manifestação.

Se, por exemplo, compra e venda – ou o movimento da metamorfose da mercadoria – configura a unidade de dois processos ou, antes, o decurso de um processo por meio de duas fases opostas, sendo na essência, portanto, a unidade de ambas as fases, esse movimento é também na essência a separação delas e a afirmação recíproca de independência. Mas, uma vez que estão interligadas, a afirmação de independência das fases vinculadas só se pode *patenteiar* de maneira violenta, como processo destrutivo. É justamente na crise que sua unidade se manifesta, a unidade de elementos opostos. A independência recíproca assumida pelas duas fases conjugadas e complementares destrói-se à força. A crise, portanto, revela a unidade dos elementos que passaram a ficar independentes uns dos outros. Não ocorreria crise se não existisse essa unidade interna de elementos que parecem comportar-se com recíproca indiferença. (MARX, 1983, p. 936)

Nestas passagens de sua *Teorias da mais-valia*, Marx, ao mesmo tempo em que argumenta sobre o modo de ser do capital, refuta as idéias dos economistas clássicos. Assim, Marx chama a atenção para seus equívocos, pois, não percebem que a existência da unidade interna de elementos colocados em oposição é a base fundamental para que haja crise. No entender destes, justamente *por haver unidade*,

não pode haver crise – o que significa apenas que a unidade dos contrários exclui a contradição (MARX, 1983, p. 936).

Marx (1983, p. 936) assim denuncia os economistas. Afirma que,

para se demonstrar que a produção capitalista não pode conduzir a crises gerais, negam-se todas as condições e formas distintivas, todos os princípios e diferenças específicas, em suma, a própria *produção capitalista*, e na realidade se demonstra que, se o modo capitalista de produção, em vez de ser uma forma especificamente desenvolvida, peculiar, da produção social, fosse um modo de produção anterior a suas manifestações iniciais mais rudimentares, não existiriam os conflitos e contradições que o caracterizam, nem portanto sua eclosão nas crises.

Com isso, Marx quer dizer que, ao se negar a crise como fenômeno trazido do interior do modo de produção capitalista, ao contrário da idéia de que a crise é manifestação de causas externas e acidentais ao capital, nega-se de fato a *própria produção capitalista*. A própria produção capitalista, o próprio capital trazem em si mesmos, em suas determinações fundamentais, contradições que se manifestam na forma de crises. A forma específica de ser do modo de produção capitalista traz consigo as condições para a crise.

Nega-se a produção capitalista considerando-a como *uma coisa passada*, como *modo de produção anterior*. Nesse ínterim, os economistas não apreendem as especificidades do modo de produção capitalista, nem tampouco, seus princípios e suas formas. Marx (1983, p. 937), assim, argumenta que nas análises dos economistas

[...] a mercadoria que encerra a oposição entre valor de troca e valor de uso, se transforma em mero produto (valor de uso), e em conseqüência a troca de mercadorias, em simples troca de produtos, de meros valores de uso. Recua-se à era anterior à produção capitalista e mesmo à anterior à produção simples de mercadorias [...], escamoteando-se a primeira condição da produção capitalista, a saber, que o produto tem de ser mercadoria, de se representar por isso em dinheiro e passar pelo processo de metamorfose.

Na visão de Ricardo, a mercadoria se torna *mero produto* (valor de uso). Nega-se a forma valor-de-troca da mercadoria. Considera-se apenas a forma valor de uso. Ricardo recua na história e ao descrever o modo de produção capitalista como simples economia mercantil (nos moldes do que se conhece por *mercantilismo*). Nega-se a forma mercadoria dos produtos e, conseqüentemente, sua forma dinheiro. -Então é coerente conceber o dinheiro como simples mediador

da troca de produtos e não como forma essencial e necessária de existência da mercadoria que tem de se apresentar como valor de troca – trabalho social geral” (MARX, 1983, p. 937). O dinheiro, entendido como mero mediador da troca, não pode ser entendido *como forma essencial e necessária de existência da mercadoria*. Ao se perder de vista essa primordial função do dinheiro, –escamoteiam-se as crises, deixando-se de lado ou negando-se os primeiros requisitos da produção capitalista: a existência do produto como mercadoria, a bifurcação da mercadoria em mercadoria e dinheiro [...]” (MARX, 1983, p. 937)

Desse modo, o elemento apto a estabelecer uma dissociação entre compra e venda na troca das mercadorias passa despercebido. As crises, por sua vez, passam a ser compreendidas como fator acidental e externo em relação ao modo de produção capitalista. Nega-se o que é interno e específico ao capital. Trata-se das crises como fenômeno externo e acidental, como fenômeno contingencial.

Onde há produção capitalista, há crise. Este fenômeno está enraizado nas próprias condições de existência do capital. Pode-se dizer que crise e produção capitalista confundem-se numa mesma coisa, assim como se confundem produção capitalista e trabalho assalariado, capitalismo e propriedade privada. Um é condição de existência do outro. Nas condições passadas de produção na história da humanidade, –em condições em que os seres humanos produzem para si mesmos, não há na realidade crises, mas tampouco há produção capitalista” (MARX, 1983, p. 938). No modo de produção capitalista, a produção não é dirigida para o consumo. O capitalista produz para vender. Não produz para o consumo próprio nem para o consumo social, ou seja, para atender às necessidades de consumo da sociedade em geral.

O objetivo da produção capitalista é a valorização do valor. Produzem-se mercadorias, não meros produtos (valores de uso) e, por isso, o ritmo e as condições da produção são aqueles adequados para obter aquela finalidade. Esta finalidade, a valorização, é que determina a produção:

A intenção imediata do capitalista ao vender é reconverter sua mercadoria ou melhor, seu capital-mercadoria em capital-dinheiro e, assim, realizar seu lucro. Aí, o consumo – a renda (revenue) – não é absolutamente o elemento orientador do processo, embora o seja, sem dúvida, para quem vende mercadorias apenas para convertê-las em meios de subsistência. Mas isso não é a produção capitalista, onde a renda (revenue) se patenteia resultado e não objetivo determinante. Cada um, antes de mais nada, vende para vender, isto é, para converter mercadoria em dinheiro. (MARX, 1983, p. 939)

A produção capitalista é produção voltada para a valorização do valor, sendo que esse objetivo se concretiza quando se obtém lucro¹⁸. A renda para o consumo *não é o elemento orientador do processo*. O que determina o processo é a valorização do valor. A renda e o consumo são apenas resultados deste processo. Não são objetivos determinantes. Cabe ao movimento de metamorfose da mercadoria permitir a realização deste objetivo. –Antes de mais nada, o objetivo da produção capitalista não é apossar-se de outros bens, e sim apropriar-se de valor, de dinheiro, de riqueza abstrata” (MARX, 1983, p. 939). Daí o equívoco dos economistas clássicos ao enfatizarem a noção de que, no capitalismo, há apenas troca de valores de uso, e o dinheiro é mero mediador da troca.

Voltando-se para a análise da metamorfose da mercadoria em suas *Teorias da mais-valia*, Marx (1983, p.944) argumenta que

a possibilidade da crise, desde que se revele na forma simples da metamorfose, só decorre portanto disto: as diferenças de forma – as fases – por que passa a mercadoria em seu movimento são, primeiro, formas e fases necessariamente complementares; segundo, apesar dessa unidade intrínseca necessária, são por igual partes e formas independentes do processo, contrapostas em sua existência, discrepantes no tempo e no espaço, separáveis e separadas uma da outra. A possibilidade da crise reside apenas na dissociação entre compra e venda.

Disto depreende-se que o movimento de metamorfose da mercadoria percorra várias fases. Ocorre que essas diversas e diferentes fases são formas necessárias pelas quais tem de se revestir a mercadoria. São fases *complementares*, por isso, parte de uma *unidade intrínseca necessária*. Porém, essas fases e formas, apesar desta unidade necessária, são, ao mesmo tempo, *independentes do processo*. *Estão postas de forma que podem ser separáveis no tempo e no espaço. É isso que permite a dissociação entre compra e venda e, nesse contexto, a possibilidade de crise reside apenas na dissociação entre compra e venda”* (MARX, 1983, p. 944).

Compra e venda devem ser realizadas para que a mercadoria se converta em *mercadoria-dinheiro*. A forma dinheiro é sempre o objetivo final da troca. –Na produção de mercadorias, a conversão do produto em dinheiro, a venda, é *conditio*

¹⁸ O juro e renda da terra devem ser mencionados como formas nas quais se divide o lucro, ou seja, são os rendimentos apropriados pela classe burguesa. Assim, o excedente obtido pela extração da mais-valia é apropriado na forma de lucro, juro e renda da terra.

sine qua non” (MARX, 1983, p. 944). Isso, porém, nem sempre pode ser conseguido, pois, a obtenção da forma-dinheiro não ocorre necessariamente ou naturalmente. No modo de produção capitalista, a tendência é o contrário, pois, quem vendeu e agora possui dinheiro não é obrigado a comprar, ou seja, retransformar a forma-dinheiro em forma-mercadoria.

A dificuldade de transformar a *mercadoria* – o produto particular do trabalho individual – em dinheiro, o oposto dela, em trabalho social, geral e abstrato, está nisto: *dinheiro* não se apresenta como produto do trabalho individual, e quem vendeu e, portanto, possui a mercadoria na forma de dinheiro não é por sua vez forçado a comprar logo, a reconverter o dinheiro em produto particular do trabalho individual. (MARX, 1983, p. 944)

Nas palavras de Marx, fica evidente que a transformação da mercadoria em dinheiro é uma *dificuldade*. Essa dificuldade existe, pois quem possui dinheiro pode comprar quando lhe aprouver. Não pode ser obrigado a comprar. A mercadoria está sempre à espera de efetuar sua transformação em dinheiro, mas a tendência é que esta transformação seja sempre dificultada. Daí que no modo de produção capitalista, a ocorrência de crises não é somente uma possibilidade, mas, sim, verdadeira tendência. Isto não quer dizer que somente no capitalismo há crises. Em todos os períodos da história houve crises de diversas qualidades, mas o capitalismo traz consigo a tendência ao surgimento de crises recorrentes. No capitalismo, a tendência é a crise. Pode-se dizer, então, que a dificuldade estaria em sustentar o regime do capital sem qualquer possibilidade de crises.

Enquanto Marx analisa as formas do valor, mantém-se na esfera da abstração para poder, posteriormente, retornar ao concreto de modo pensado. Analisa, assim, a circulação simples para apreender o movimento do valor em seu processo de metamorfose. Partindo da análise das formas mais simples, pretende chegar à compreensão das mais complexas. Neste nível de apresentação categorial, Marx (1983, p. 945) afirma que a

possibilidade geral e abstrata da crise significa apenas a *forma mais abstrata* da crise, sem conteúdo, sem o impulso pertinente a esse conteúdo. Compra e venda podem separar-se. Constituem, portanto, *crise* em estado potencial e sua coincidência continua sempre a ser, para a mercadoria, elemento crítico. Mas uma pode converter-se na outra com fluidez. Assim, a *forma mais abstrata da crise* (e por isso a possibilidade formal da crise) é a *metamorfose* da própria *mercadoria*, a qual, como movimento desenvolvido, contém a contradição – encerrada na unidade de mercadoria – entre valor de troca e valor de uso e ainda entre dinheiro e mercadoria. Mas o meio por

que essa possibilidade de crise se torna a crise não se contém nessa própria forma; esta implica apenas que existe a *forma* para uma crise.

A possibilidade de crise ainda é, nesse ponto da análise marxiana, uma possibilidade formal, vazia de conteúdo. É possibilidade ainda *geral e abstrata*, além de se tratar apenas de uma abstração que requer o estudo dialético do capitalismo. *A forma mais abstrata da crise* é sua possibilidade formal trazida no movimento de metamorfose da mercadoria (e, por isso, movimento das formas pelas quais o valor se manifesta). Essa metamorfose traz consigo a *contradição – encerrada na unidade da mercadoria – entre valor de troca e valor de uso e, de um modo mais exteriorizado, entre dinheiro e mercadoria*.

Essa é a possibilidade da crise, da crise como potência, pois *o meio por que essa possibilidade de crise se torna a crise ainda não se contém nessa própria forma*. O que existe neste nível é a *forma para a crise*, os fundamentos do surgimento das crises, os quais, surpreendentemente, e aí fica explícito o caráter contraditório do capital, são os mesmos fundamentos e condições de existência do próprio capital.

Em certos momentos de sua argumentação Marx passa a se retirar da esfera mais abstrata de entendimento sobre a crise, o movimento de metamorfose das mercadorias, para aproximar-se cada vez mais das formas mais concretas. Em sua *Teorias da mais-valia* ((MARX, 1983, p.945), explica que

[...] em sua primeira forma, a crise é a metamorfose da própria mercadoria, a dissociação da compra e venda. Em sua segunda forma, a crise é a função do dinheiro como meio de pagamento, e, então, em dois papéis diversos. As duas formas ainda são de todo abstratas, embora a segunda seja mais concreta que a primeira. Assim, ao observarmos o *processo de reprodução* do capital (o qual coincide com a circulação dele) cabe, antes de mais nada, demonstrar que aquelas formas apenas se repetem ou antes só aí adquirem um conteúdo, um fundamento que lhes permite se manifestarem.

Nesta passagem, evidencia-se o caminho percorrido pela análise dialética de Marx a qual se *eleva* do abstrato para o concreto, ou mesmo, das formas mais abstratas nas quais se encontram os elementos fundamentais de existência das crises, até alcançar a concretude desse processo. É este o método a que Marx se propôs.

Para se conhecer o *conteúdo* das crises e explicar os fenômenos relacionados a ela, deve-se apreender as *formas*, ou seja, os elementos

determinantes mais abstratos que dão suporte ao que é manifestado na realidade concreta. Por isso, há uma primeira forma da crise, a metamorfose, e nisto, a possibilidade de dissociação entre compra e venda. Além desta forma, há uma segunda: a função do dinheiro como meio de pagamento, sendo forma *mais concreta que a primeira*, não obstante ainda ser também abstrata. No momento em que há circulação, essas formas adquirem um conteúdo, *um fundamento que lhes permite se manifestarem*.

Na circulação, a metamorfose do capital se realiza. O capital encontra aí as condições para se transfigurar de uma forma para outra. Mas, por outro lado, também encontra as condições para a crise, vale dizer, as condições para a dissociação entre compra e venda. Neste caso, a circulação é interrompida e a mercadoria, por ser mercadoria em circulação, posta na circulação, traz consigo as condições para a crise.

[...] o capital-mercadoria todo e toda mercadoria isolada em que ele se configura tem de passar pelo processo M – D – M, a metamorfose da mercadoria. A possibilidade geral da crise encerrada nessa forma – a dissociação da compra e venda – está, portanto, contida também no movimento do capital, desde que este seja *também* mercadoria e apenas mercadoria. (MARX, 1983, p.946)

Este processo demonstra o movimento das formas puras do capital, movimento das formas do capital num nível em que não se leva em conta seu conteúdo material. Aí, a crise é resultado da metamorfose das mercadorias. ~~Mas~~, segundo, no tocante à possibilidade de crise oriunda da forma de dinheiro como meio de pagamento, o capital já se revela fundamento muito mais real para a efetivação dessa possibilidade” (MARX, 1983, p. 946).

Nesse nível de apreensão do fenômeno a possibilidade de crise começa a ser visualizada de modo mais concreto. O dinheiro deve cumprir sua função de meio de pagamento e, por isso, seu possuidor pode ou não despendê-lo, efetuar a compra ou não, interromper ou não a circulação.

[...] temos aí meras *formas* – possibilidades gerais das crises, por isso também formas, formas abstratas da crise real. Nelas aparece a existência da crise em suas formas mais simples e em seu conteúdo mais simples, até onde a própria forma é seu conteúdo mais simples. Mas ainda não é conteúdo *com fundamento* concretizado. A circulação simples do dinheiro e mesmo a circulação do dinheiro como meio de pagamento – e ambas já existiam muito *antes* da produção capitalista sem terem sucedido crises – podem realizar-se e se realizam sem crises. Assim, essas formas sozinhas

não podem explicar por que desvelam sua face crítica, por que a contradição potencial nelas contida se patenteia contradição em ato. (MARX, 1983, p. 947)

As formas do valor, a mercadoria e sua metamorfose são condições para que haja crise. Possibilitam a crise no interior do modo de produção capitalista, mas não explicam a crise em sua totalidade. As formas do valor devem ser apreendidas se se pretende compreender o fenômeno das crises. Mas a análise não deve parar por aí. Esta é apenas uma parte do que se requer na investigação do fenômeno. Cabe passar da apreensão das *condições reais* da crise para o conteúdo da crise e aí, compreender *por que a contradição potencial nelas contida se patenteia em ato*, em outras palavras, como se passa da possibilidade para a realidade da crise.

Nas palavras de Marx (1983, p. 948),

[...] trata-se apenas de acompanhar o desenvolvimento ulterior da crise potencial – a crise real só pode configurar-se a partir do movimento real da produção capitalista, da concorrência e do crédito – enquanto provém das determinações de formas próprias do capital, as quais lhe são *peculiares* e não se encerram em sua mera existência de mercadoria e dinheiro.

Portanto, não bastam a forma-mercadoria e a forma-dinheiro para haver crise. A crise *real* só pode aparecer na realidade concreta quando há produção capitalista, concorrência e crédito. É somente aí, onde essas categorias estejam desenvolvidas, que a crise se torna realidade. Deixa de ser apenas possibilidade, mesmo que uma possibilidade trazida no próprio movimento do capital.

No âmbito da circulação (reprodução do capital), concorrência e crédito são categorias determinantes. Estas influenciam no processo de reprodução do capital, na acumulação, na produção, ou seja, onde apenas houver produção de mercadorias e extração de mais-valia não haverá ainda realização da mais-valia. O valor só se realizará na circulação. Essa realização só pode aparecer no processo de circulação, que em si é, ao mesmo tempo, processo de reprodução (MARX, 1983, p. 948).

Na produção há extração de mais-valia; na circulação, ela tem de se realizar. Essa realização se dá com a venda da mercadoria por um valor maior que o capital adiantado para sua produção. Só aí há reprodução do capital e lucro.

3.2 A possibilidade da crise não é a causa da crise

Na página 949 das *Teorias da mais-valia*, Marx (1867, p. 949) explicita que:

A *possibilidade* geral das crises se estabelece no próprio processo de *metamorfose do capital* e de dois modos: no tocante ao dinheiro na função de *meio de circulação, compra e venda* podem dissociar-se; no tocante ao dinheiro na função de *meio de pagamento*, em dois papéis distintos, o de *medida dos valores* e o de *realização do valor*, esses dois papéis podem romper a conjunção que os liga. Se o valor tiver mudado no *intervalo*, a mercadoria no momento da sua venda não *valerá* o que *valia* no momento em que o dinheiro serviu de medida dos valores e, portanto, das obrigações recíprocas, e a obrigação não pode ser preenchida com o *produto da venda* da mercadoria nem se saldar assim toda a série das transações que retroativamente dependem dessa única operação. Se não se puder vender a mercadoria ao menos *num determinado período*, embora seu valor não tenha variado, o *dinheiro* não poderá funcionar como *meio de pagamento*, uma vez que tem de servir como tal em *prazo determinado, pressuposto*. Uma vez que aí a mesma soma de dinheiro funciona para uma série de transações e operações recíprocas, há insolvência não só num ponto, mas em muitos. Daí a crise

Na metamorfose do capital, o dinheiro cumpre papel decisivo. Seu desenvolvimento como sujeito autônomo, sujeito que se autonomiza em relação à forma mercadoria, faz com que a *possibilidade geral das crises* se estabeleça no processo de metamorfose. O dinheiro permite que compra e venda se separem no tempo e no espaço. Isto resulta em um momento crítico, no qual a circulação e a transfiguração das formas do valor sejam interrompidas sem previsão certa para que seu movimento retorne.

Além disso, o dinheiro permite que a insolvência se generalize no âmbito da circulação e, nesse contexto, a crise emerge como resultado inevitável. Daí a metamorfose, o ciclo das formas da mercadoria não se completa. O valor não se realiza. O lucro não é alcançado e o processo de valorização se interrompe. Tem-se então o que Marx (1867, p. 950) chama de *crise monetária*:

A crise resulta, e deriva seu caráter, da *impossibilidade de se vender a mercadoria* e também da *não realização de toda uma série de pagamentos* que se apoiam na venda dessa determinada mercadoria nesse prazo determinado. Esta é a *forma específica das crises monetárias*.

A *possibilidade geral* das crises se encontra e se estabelece no processo de metamorfose do capital, no processo em que o capital percorre um movimento de

transfiguração e, nisso, a dissociação da compra e venda e a insolvência podem ocorrer a qualquer momento.

Mas, neste caso, o que se tem são apenas as *possibilidades* das crises. Deve-se ter em vista que “[...] esse processo nunca é a causa da crise, pois é apenas a *forma mais geral* da crise, isto é, a própria crise em sua *expressão mais geral*. Não se pode dizer que a *forma abstrata da crise é a causa da crise*” (MARX, 1983, p. 950). A causa da crise deve ser procurada no modo como “sua forma abstrata, a forma de sua possibilidade, passa da possibilidade para a realidade” (MARX, 1983, p. 950).

Neste momento da análise, Marx passa para um nível *mais concreto* de observação sobre o fenômeno das crises capitalistas. Acrescenta elementos concretos à análise, elementos baseados nas condições gerais da produção capitalista. Desse modo, chama a atenção para a *reconversão de dinheiro em capital*.

Marx argumenta que, por diversos motivos, a produtividade do trabalho para aquisição de matérias-primas pode cair. Com isso, sobe o valor destas e assim,

se alteram as *proporções* em que o dinheiro terá de se converter dos *diversos componentes* do capital, para continuar a produção na escala anterior. Ter-se-á de gastar mais em *matéria-prima*, fica menos para o *trabalho* e não é possível absorver a mesma massa anterior de trabalho. Primeiro, é *fisicamente impossível*, por causa da escassez de matéria-prima. Segundo, porque *parte maior do valor do produto* tem de se transformar em matéria-prima e, portanto, fica menos para se converter em *capital variável*. Não se pode *repetir* a reprodução na mesma escala. Parte do *capital fixo* fica inativa, parte dos trabalhadores é despedida. Cai a *taxa de lucro*, porque o valor do capital constante subiu em relação ao do variável e se emprega menos capital variável. (MARX, 1983, p. 951)

Desses fatores surge a crise como “~~transtorno~~ do processo de reprodução” (MARX, 1983, p. 951). Neste processo, o gasto com o capital fixo é aumentado. O valor do capital constante sobe em relação ao valor do capital variável. “As deduções fixas – juro e renda fundiária – de antemão fixadas para taxa de lucro e exploração do trabalho invariáveis’, permanecem as mesmas e em parte não podem ser pagas” (MARX, 1983, p. 951). Daí a crise.

A elevação do valor do capital constante surge como elemento do *transtorno* para a reprodução do capital. Tal elevação faz cair a taxa de lucro. A reconversão em dinheiro do valor adiantado é prejudicada. Marx continua a expor suas análises

ao mesmo tempo em que faz a crítica à economia política. A crítica faz parte de sua exposição. Assim, conforme passa para a análise dos elementos *mais concretos* que figuram como causa das crises, faz a crítica à idéia de Ricardo quanto à identidade entre produtor e consumidor como desdobramento da idéia de que oferta e procura necessariamente se equilibram

Nesse sentido, Marx argumenta que, pelo fato de os trabalhadores só comprarem as mercadorias que entram no consumo individual” (MARX, 1983, p. 953) e, em conseqüência, não demandarem matérias-primas nem meios de trabalho, nada mais ridículo que falar de identidade entre produtores e consumidores” (MARX, 1983, p. 953). Para vários ramos da produção, estes estão excluídos da compra dos produtos ali produzidos. “Embora paguem parte do valor deles nos artigos de consumo que compram” (MARX, 1983, p. 953), não são consumidores imediatos desses ramos.

Sendo assim, para negar as crises, nada, portanto, mais absurdo que afirmar que os consumidores (compradores) e produtores (vendedores) são idênticos na produção capitalista. Estão por completo separados. Para negar as crises, afirmam unidade onde existe oposição e contradição” (MARX, 1983, p. 953-954). E mais: —unidade entre produção e consumo, oferta e demanda, compra e venda se revela falsa logo à primeira vista” (MARX, 1983, p. 955). Desse modo, pode-se dizer que o limite da procura, do consumo, não está na produção. “A produção capitalista encontra sua medida apenas no capital” (MARX, 1983, p. 955), vale dizer, a produção não se efetua levando em conta os limites existentes do consumo, mas que só o próprio capital a limita” (MARX, 1983, p. 955).

Assim, uma gama de produtos aparece no mercado para conquistar uma condição muitas vezes impossível à condição de serem comprados. Esses produtos se tornam invendáveis ou são apenas adquiridos por um valor muito aquém do pretendido. Por isso, a superprodução de produtos, a superprodução de mercadorias se torna realidade. Essa produção em demasia, que excede os limites do consumo, não permite que o valor se realize e a taxa de lucro é pressionada para baixo. O capital tem por natureza o excesso, a desmedida, visa constantemente à maior quantidade possível de trabalho excedente:

[...] todo o afã da produção capitalista visa apoderar-se da maior quantidade possível de trabalho excedente, de materializar-se, portanto, a maior quantidade possível de tempo de trabalho imediato com dado capital, seja

por meio do prolongamento da jornada de trabalho ou da redução do tempo de trabalho necessário mediante o desenvolvimento da produtividade do trabalho, com o emprego da cooperação, da divisão do trabalho, da maquinaria etc.; em suma, produzir em grande escala, produzir em massa, portanto. Assim, está na natureza da produção capitalista produzir sem atender aos limites do mercado. (MARX, 1983, p. 956)

A extração da mais-valia é o meio pelo qual opera o capital para obter trabalho excedente, trabalho não-pago. Mais-valia absoluta e relativa fazem parte de seu método de exploração. O afã desmedido do capital se apoderou da técnica e da ciência para manter sua acumulação e sua reprodução, tornando cada vez mais produtivo o trabalho:

[...] a reprodução em base mais ampla, a acumulação, se na origem se configura apenas em ampliação quantitativa da produção – utilizando-se mais capital nas mesmas condições de produção – , sempre se patenteia, em certo ponto, qualitativamente como produtividade maior das condições em que se dá a reprodução. Daí acréscimo do volume de produtos além da proporção simples em que aumentou o capital na reprodução ampliada, na acumulação. (MARX, 1983, p. 956 -7)

Como se vê, a base na qual se reproduz o capital é constantemente ampliada e, por conseguinte, amplia-se sua produtividade. Produz-se cada vez mais num nível em que se obtêm mais produtos com o mesmo *quantum* de trabalho. –Daí acréscimo do volume de produtos além da proporção simples em que aumentou o capital na reprodução ampliada, na acumulação” (MARX, 1983, p. 957). Decorre daí a superprodução.

Ocorre que a superprodução de um determinado produto num determinado ramo acaba por atingir a produção e o consumo de outros produtos ligados à produção e consumo daquele. Como exemplo, Marx (1983, p. 957) cita que a superprodução de tecido –estorva a reprodução do fabricante de tecido” e, conseqüentemente, estorva a reprodução dos fabricantes de fios, dos construtores de máquinas, dos comerciantes de algodão etc.:

Todos eles [os produtores de outros ramos] também teriam a reprodução estorvada, uma vez que a reprodução dos tecidos de algodão é condição de sua própria reprodução. Isso ocorreria mesmo que não tivessem *produzido demais*, ou seja, além da medida que a indústria têxtil algodoeira exigia e justificava na prosperidade. Todos esses ramos estorvados têm em comum a circunstância de consumirem sua renda (salário e lucro, este desde que consumido como renda e não acumulado) não nos próprios produtos, mas sim nos produtos das esferas que produzem artigos de consumo, entre os quais figuram tecidos de algodão. (MARX, 1983, p. 957)

Portanto, conforme cai a demanda pelas diversas mercadorias tornando-as, por isso, invendáveis, passa a haver *superprodução relativa* destas, já que se acha contraído o poder de compra. A superprodução se generaliza para todos os ramos da economia. Interrompem-se assim as vendas. A crise se instala e se torna realidade.

3.3 O fenômeno da superprodução

Elevando-se novamente a um nível mais concreto, Marx passa a discutir a idéia de superprodução. Como explicado anteriormente, a superprodução de produtos está na base do surgimento das crises. Melhor dizendo, é “fenômeno fundamental das crises” (MARX, 1983, p. 962). É efeito das *condições gerais da produção capitalista*. Mas a superprodução não quer dizer, na base do modo de produção capitalista, superprodução de produtos (valores de uso). É, sim, superprodução de mercadorias. Nesse contexto, é forçoso deixar claro que “superprodução de produtos e superprodução de mercadorias são coisas de todo diferentes” (MARX, 1983, p. 962).

Marx (1983, p. 962) enfatiza que

a palavra *superprodução* em si mesma induz a erro. Sem dúvida não se pode em absoluto falar de *superprodução de produtos* – no sentido de o volume dos produtos ser excessivo em relação às necessidades deles – enquanto as necessidades mais prementes de grande segmento da sociedade não são satisfeitas ou são satisfeitas *apenas* as mais imediatas. Ao contrário, nesse sentido temos de dizer que na base da produção capitalista sempre *se produz de menos*. O limite da produção é o lucro do capitalista e de maneira nenhuma a necessidade dos produtores. Mas superprodução de produtos e superprodução de *mercadorias* são coisas de todo diferentes. (MARX, 1983, p. 962)

Deve-se ter em mente, e isto faz parte da crítica de Marx à economia política, que não se trata, no capitalismo, de produzir valores de uso. O objetivo principal do capital é a valorização, e isso deve passar pela reconversão da mercadoria em dinheiro e deste em capital. Por isso, não há troca de produtos por produtos, mas sim, de mercadorias por mercadorias, pois, o comércio não é troca direta de produtos, e por isso o vendedor de uma mercadoria não é

necessariamente ao mesmo tempo o comprador de outra” (MARX, 1983, p. 951). E acrescenta:

A circulação do capital encerra em si mesma possibilidades de perturbação. [...] A reconversão do dinheiro em mercadoria pode esbarrar em dificuldades e gerar possibilidades de crise, do mesmo modo que a transformação da mercadoria em dinheiro. (MARX, 1983, p. 967)

A venda da mercadoria, ou seja, a realização da mais-valia, do valor, pode não ocorrer. Aí não há reconversão da mercadoria em dinheiro para que este funcione como capital e para que o movimento de reprodução e acumulação continue sem interrupções. Daí a possibilidade de crise. O dinheiro, nesse caso, não se reconverte em capital, ou mesmo, não se reconverte em mercadoria “para funcionar como capital” (MARX, 1983, p. 967).

Ora, o próprio capital consiste em mercadorias ou, se consiste em dinheiro, de qualquer modo tem de se reconverter em mercadorias para poder funcionar como capital. Que significa, portanto, *superprodução de capital*? Superprodução das quantidades de valor destinadas a gerar mais-valia (ou, segundo o conteúdo material, superprodução de mercadorias destinadas à reprodução) – isto é, *reprodução em escala exagerada*, o que é o mesmo que superprodução incondicional. (MARX, 1983, p. 967)

Percebe-se aí o objetivo do capital – a valorização. Só há valorização se mercadoria e dinheiro funcionarem como capital e, desse modo, proporcionar as condições para a reprodução e para a acumulação. Nesse ínterim, o que aparece como superprodução de produtos que se tornaram invendáveis é numa esfera mais abstrata, *superprodução de capital*. No caso dos produtos, se estes aparecem como invendáveis – e isso configura uma produção em excesso, superprodução, na análise do valor – quer dizer que houve quantidade excessiva de valor destinada a se valorizar. Assim, *superprodução das quantidades de valor destinadas a gerar mais-valia*.

Mais a fundo, isso significa apenas que se produz demais com o objetivo de *enriquecimento*, ou parte excessiva do produto não se destina a consumir-se como renda (*revenue*) e sim a *fazer mais dinheiro* (acumular-se); não a satisfazer as necessidades particulares de seu proprietário e sim a gerar-lhe a riqueza social abstrata, dinheiro e mais poder sobre o trabalho alheio, capital, ou seja, aumentar esse poder. (MARX, 1983, p. 968)

O capital visa a valorização do valor. Ocorre que, por vezes – e isso se configura como tendência no movimento do capital –, há demasiado valor destinado a se valorizar (superprodução de capital). Neste caso, a realização do valor não se concretiza. A mais-valia não se realiza.

Cabe argumentar por quais motivos existe a tendência a se colocar valor em excesso. Então se deve ter em mente que o capital sempre procura obter o máximo de produtividade do trabalho. O capital acaba por desenvolver ao extremo as forças produtivas *sem considerar os limites existentes do mercado ou as necessidades solvíveis*. O ritmo, a velocidade da produção, ultrapassa os limites da capacidade de realização do valor cristalizado nas mercadorias. Estas se tornam impossibilitadas de se reconverterem na sua forma-dinheiro¹⁹.

A reconversão das mercadorias em dinheiro quer dizer continuidade de sua metamorfose. O valor na forma-mercadoria (forma específica que carrega um valor de uso) deve transfigurar-se na forma-dinheiro. Do ponto de vista do capitalista, isto quer dizer, nada mais nada menos que obter lucro. Quando, porém, o fenômeno da superprodução emerge à superfície, o lucro, a taxa de lucro esperada, passa por um momento crítico e pode não ser alcançada.

Tendo isto em vista,

a superprodução tem por condição, de maneira específica, a lei geral da produção do capital: produzir na medida das forças produtivas (isto é, da possibilidade de desfrutar a maior quantidade possível de trabalho com dada quantidade de capital), sem considerar os limites existentes do mercado ou as necessidades solvíveis, e efetuar isso por meio da ampliação constante da reprodução e da acumulação, fazendo em consequência a reconversão constante da renda (revenue) em capital, enquanto, em contraposição, a massa dos produtores fica limitada e tem de ficar limitada ao nível médio de necessidade de acordo com a natureza da produção capitalista. (MARX, 1983, p. 969)

¹⁹ Sobre a idéia de limites da produção e da acumulação como obstáculos que o capital põe a si mesmo para superá-los, ver Grespan em *O negativo do capital*. Nesse sentido, Grespan observa a condição desmedida da produção capitalista. Argumenta que, enquanto na circulação simples a *-medida* da magnitude do valor produzido era dada pelas necessidades de consumo, na produção capitalista, que como tal deve resultar em produção de excedente de valor, *“a medida [...] é o próprio capital”*. Por isso é que ele define cada limite como barreira, como quantidade que serve de medida para cada etapa de sua autovalorização, mas que, também, a coloca como barreira a superar, iniciando nova etapa de valorização. A medida para a criação de valor em cada circuito indica, assim, o limite estabelecido pelo capital para si mesmo. Daí ela não se determinar por um elemento exterior ao processo de valorização – que não é *“de modo algum o consumo”* – antes resultando do *“impulso desmedido [...] à capitalização”*. A medida se fixa, por esse ponto de vista, a partir da *“desmedida”* que configura o capital. (GRESPLAN, 1988, p.137)

Ampliação constante da reprodução e da acumulação corresponde a duas tarefas de sobrevivência para o capital. Em seu desenvolvimento histórico, o capital procura desenvolver constantemente as forças produtivas. Para tanto, é seu dever revolucioná-las. Numa base mais ampliada, o capital consegue obter maior extração da mais-valia e, por conseguinte, maior taxa de lucro.

O lucro é o rendimento do capitalista. Este o obtém conforme o retira da extração da mais-valia. O lucro é parte da mais-valia obtida no processo de produção. Quanto mais produto se obtém de um mesmo *quantum* de capital investido, em outras palavras, quanto maior a produtividade do trabalho, maior a taxa de mais-valia e, por conseguinte, a taxa de lucro. Parte do lucro é consumida pessoalmente pelo capitalista. Outra parte é reinvestida na produção e é base para a acumulação de capital. Quanto maior a taxa de lucro, maior é a acumulação, mais ampliada é a reprodução do capital. A reprodução do capital, porém, esbarra por vezes em limites que, paradoxalmente, estão inscritos no próprio modo de ser e de se desenvolver do capital.

Tais limites fizeram Marx perceber a existência de uma verdadeira lei tendencial com relação ao movimento do capital. Trata-se da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Desse modo, cabe analisar o lucro, a formação da taxa de lucro para, posteriormente, passar para a verificação dos fundamentos da citada lei.

3.4 O lucro: resultado da extração da mais-valia

Na obra *O capital*, volume IV, livro III, Marx (1988) demonstra como e de onde surge o lucro. Repele de imediato a visão mercantilista de que o lucro seria uma quantia obtida da especulação comercial, na qual haveria compra por um preço baixo seguida de venda por preço mais alto para com isso, obter-se a diferença. Marx analisa o lucro como categoria que tem uma especificidade própria no modo de produção capitalista. Assim, no capitalismo, o lucro é resultado do objetivo de valorização do valor. Cabe desvendar como se pode chegar a esse resultado e por quais meios é obtido o lucro pelo capitalista.

Este resultado, o lucro, é obtido no final de um processo de metamorfose da mercadoria, mas agora, se encontra no capitalismo desenvolvido, no qual dinheiro funciona como capital e o objetivo é a produção de mercadorias. Nesse sentido,

a fórmula geral do capital é $D - M - D'$, isto é, uma soma de dinheiro é lançada na circulação, para se retirar dela uma soma de valor maior. O processo que gera essa soma de valor maior é a produção capitalista; o processo que a realiza é a circulação do capital. O capitalista não produz a mercadoria por ela mesma, não por seu valor de uso ou para seu consumo pessoal. O produto que efetivamente interessa para o capitalista não é o próprio produto palpável, mas o excedente de valor do produto sobre o valor do capital nele consumido. (MARX, 1988, p. 31, v. 4)

Nesta passagem, pode-se observar que o lucro figura no final do processo de circulação do capital, no processo em que percorre um movimento demonstrado na equação $D - M - D'$. Nesta, exprime-se a idéia de que D , soma de dinheiro que ao ser lançada na circulação se metamorfoseia em mercadoria M , posteriormente, reconverte-se em dinheiro novamente. Mas agora, no final da equação, o montante de dinheiro é maior do que o inicial, por isso, D' . Aí o objetivo de valorização do valor é alcançado, pois D se transforma no final do ciclo em D' , em valor aumentado em relação ao inicial.

Deve-se ter em mente que *o processo que gera essa soma de valor maior é a produção capitalista*. É na produção que se obtém o lucro, pois este é parte da mais-valia extraída. Já *o processo que a realiza é a circulação do capital*, pois é na circulação que haverá a reconversão da mercadoria em dinheiro aumentado, e isto é possível pela venda da mercadoria. Então é na circulação que a mais-valia será realizada e, desse modo, o lucro do capitalista poderá ser obtido.

A venda ou a reconversão da mercadoria em dinheiro é sempre um momento necessário do processo. Sem ela não há realização da mais-valia extraída na produção pela exploração do trabalho e, conseqüentemente, não há lucro. Cabe evidenciar que *o capitalista não produz a mercadoria por ela mesma, não por seu valor de uso ou para seu consumo pessoal*. O capitalista produz apenas para obter um excedente em relação ao capital adiantado. Esse montante excedente será seu lucro.

Assim expressa Marx (1988, p. 32, v. 4) sobre a origem do lucro:

O lucro do capitalista provém de que ele tem algo para vender que não pagou. A mais-valia, respectivamente o lucro, consiste exatamente no excedente do valor-mercadoria sobre seu preço de custo, isto é, no excedente da soma global de trabalho contido na mercadoria sobre a soma de trabalho pago contida nela. A mais-valia, qualquer que seja sua origem, é, de acordo com isso, um excedente sobre o capital adiantado.

O lucro é esse valor aumentado em relação à quantia adiantada na produção que provém da obtenção de um trabalho não-pago, gratuito, obtido por meio da extração da mais-valia. Por isso, o lucro do capitalista pode ser obtido ao vender uma mercadoria na qual uma parte de sua produção foi realizada de forma gratuita pela classe proletária. Nesse caso, há uma soma global de trabalho na mercadoria maior que o que havia quando o capitalista pagou por ela. Essa soma aumentada de trabalho é *um excedente sobre o capital adiantado*.

3.5 A taxa de lucro

Um dos principais elementos teóricos encontrados nas obras de Marx e que buscamos compreender neste trabalho é a *lei da queda tendencial da taxa de lucro*, porque entendemos ter ela importância fundamental para uma adequada compreensão do pensamento de Karl Marx em relação às crises capitalistas. Nesse momento, cabe analisar a taxa de lucro para, posteriormente, compreender de forma adequada a citada lei.

Considerando o lucro como aquele *excedente sobre o capital adiantado* no início do processo, vale dizer, valor aumentado em relação ao montante inicial, deve-se ter em vista que poderá ser expresso na forma de uma taxa de lucro. Em seu *O capital*, Marx passa a explicar esse fenômeno argumentando que o excedente de valor obtido pela extração da mais-valia

[...] está, portanto, numa relação com o capital global, que se expressa na fração $\frac{m}{C}$, em que C representa o capital global. Obtemos assim a taxa de lucro $\frac{m}{c+v}$, em contraste com a taxa de mais-valia $\frac{m}{v}$. A taxa de mais-valia medida segundo capital variável se denomina taxa de mais-valia; a taxa de mais-valia medida segundo o capital global se denomina taxa de lucro. São duas medições diferentes da mesma grandeza que, devido à diversidade das escalas, expressam ao mesmo tempo proporções ou relações diferentes da mesma grandeza. (MARX, 1988, p. 32, v. 4)

Da relação da mais-valia com o capital global podemos extrair a taxa de mais-valia. Tendo-se que o capital global expresso na equação $c + v$ representa o valor do capital constante c somado ao valor do capital variável v , ambos adiantados no início do processo, a taxa de mais-valia se refere apenas ao ritmo de exploração do trabalho e da produtividade deste, expressa por $\frac{m}{v}$. O capital global, sendo o

resultado da soma $c + v$ (valor do capital constante somado ao valor do capital variável), se incorporado à equação, faz aparecer a taxa de lucro. A taxa de mais-valia não apenas determina de maneira geral a taxa de lucro, como também utiliza da forma desta para se expressar. A taxa de lucro é, assim, forma de expressão da *taxa de mais-valia*.

Deve-se atentar para a visualização do lucro expressando-o em uma *taxa de lucro* e, nesse sentido, esta taxa de lucro é determinada pela taxa de mais valia, pois é forma de expressão da taxa de mais-valia. Do ponto de vista do capitalista, porém, o que existe é somente um capital global adiantado em relação ao capital global obtido no final do processo. Se este for maior que aquele, o lucro objetivado foi alcançado; senão, há possibilidade de queda na taxa de lucro e, daí, as crises.

Assim explicita Marx (1988, p. 32, v. 4):

Da transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro deve-se derivar a transformação da mais-valia em lucro, e não ao contrário. E, de fato, a taxa de lucro é de onde historicamente se partiu. Mais-valia e taxa de mais-valia são, em termos relativos, o invisível e o essencial a ser pesquisado, enquanto a taxa de lucro, portanto, a forma da mais-valia como lucro se mostram na superfície dos fenômenos.

Assim, elevando-se do mais abstrato para o mais concreto, Marx confirma a taxa de lucro como mera forma de manifestação da taxa de mais-valia. É esta, a taxa de mais-valia, o que importa para o ponto de vista da teoria crítica a que Marx se propôs. Ela é o *invisível e o essencial a ser pesquisado*. É ela que o pensamento crítico deve apreender, analisar e denunciar. Do ponto de vista do capitalista, só existe o lucro, a relação entre o valor do capital global adiantado e o que se tem no final do processo, valorização ou não do capital, do valor.

Deve-se ressaltar também, que o processo de produção e o processo de circulação se complementam formando verdadeira unidade, sendo ambas parte de um todo. A mais-valia é extraída por meio da exploração do trabalho no interior da produção capitalista. Aí é que se dá a apropriação de trabalho gratuito pelo capitalista. Por ser proprietário dos meios de produção, o capitalista é capaz de empreender esse feito. No entanto, esse excedente gerado por meio da exploração do trabalho tem de se realizar, ou seja, voltar às mãos do capitalista na forma de dinheiro como montante superior ao investido inicialmente. Isto, a realização do

valor, reconversão da mercadoria em dinheiro, só pode ocorrer no processo de circulação. É aí que há a venda da mercadoria e sua reconversão em dinheiro.

Embora o excedente do valor da mercadoria sobre seu preço de custo seja gerado no processo de produção direto, ele só se realiza no processo de circulação, e tanto mais facilmente ganha à aparência de se originar no processo de circulação quanto na realidade, dentro da concorrência, no mercado real, depende de relações de mercado se esse excedente é realizado ou não e em que grau. (MARX, 1988, p.32, v. 4)

O excedente é gerado na produção. Este é seu local de surgimento. É aí que o excedente frutifica ao gerar valor. O trabalho é fonte do valor e é aplicado na produção capitalista para gerar mais valor. “Embora o excedente do valor da mercadoria sobre seu preço de custo seja gerado no processo de produção direto, ele só se realiza no processo de circulação” (MARX, 1988, p. 32, v. 4). Nesse ponto, Marx chama atenção para a aparência expressa no fato de o excedente ser gerado na circulação e não na produção. Na circulação só há a realização do excedente, melhor dizendo, reconversão da mercadoria em dinheiro por meio de sua venda. O excedente de trabalho cristalizado concentrado na mercadoria, somente pode expressar-se na forma-dinheiro mediante a venda da mercadoria. No entanto, a realização não é garantida, nem tampouco seu grau. Depende, assim, de *relações de mercado se esse excedente é realizado ou não e em que grau*. Aí entram em questão a concorrência e as leis do mercado, oferta e procura.

A própria mais-valia não aparece como produto da apropriação de tempo de trabalho, mas como excedente do preço de venda das mercadorias sobre seu preço de custo e por isso este último facilmente se apresenta como seu verdadeiro valor (*valeur intrinsèque*), de modo que o lucro aparece como excedente do preço de venda das mercadorias acima de seu valor imanente. (MARX, 1988, p.33, v. 4)

O trabalho é fonte do valor e, no capitalismo, onde há subsunção real do trabalho ao capital, a apropriação de trabalho não-pago na forma de mais-valia é fonte do excedente produzido. Mas isso fica obscurecido, e o que é *produto da apropriação de tempo de trabalho* aparece como mero *excedente do preço de venda das mercadorias sobre seu preço de custo*.

Mas, na realidade (isto é, no mundo dos fenômenos), a coisa aparece às avessas. A mais-valia é dada, mas dada como excedente do preço de venda da mercadoria sobre seu preço de custo; continua misterioso saber

de onde provém esse excedente: da exploração do trabalho no processo de produção, da extração de vantagens do comprador no processo de circulação, ou de ambas. O que, além disso, está dado é a relação desse excedente com o valor do capital global, ou a taxa de lucro. O cálculo desse excedente do preço de venda sobre o preço de custo segundo o valor do capital global adiantado é muito importante e natural, já que por meio dele se acha de fato o algarismo da proporção em que o capital global se valorizou, seu grau de valorização. (MARX, 1988, p. 35, v. 4)

O que importa, então, é desvendar de onde se origina o excedente. Ao se colocar a questão em termos de preço, tem-se uma relação de vantagem ou desvantagem na venda e, além disso, uma mensuração da *proporção em que o capital global se valorizou* ou não. Mas isto não revela de onde surge o excedente. A dificuldade surge, e na realidade concreta, no mundo fenomênico, a origem e as determinações de existência dos fenômenos são *revelados e apagados*. Assim,

embora a taxa de lucro seja numericamente diferente da taxa de mais-valia, enquanto mais-valia e lucro sejam de fato o mesmo, sendo também numericamente iguais, o lucro é, no entanto, uma forma transmutada da mais-valia, uma forma em que sua origem e o segredo de sua existência são velados e apagados. De fato, o lucro é a forma fenomênica da mais-valia, tendo esta de ser primeiro revelada mediante análise daquele. Na mais-valia a relação entre capital e trabalho está posta a nu; na relação entre capital e lucro, isto é, entre capital e mais-valia, como ela aparece, por um lado, como excedente realizado no processo de circulação, acima do preço de custo da mercadoria, por outro, como excedente determinado mais de perto por sua relação com o capital global, o capital aparece como relação consigo mesmo, uma relação em que ele, como soma original de valor, se distingue de um valor novo, por ele mesmo posto. Que ele produz esse valor novo durante seu movimento através do processo de produção e do processo de circulação, isso está na consciência. Mas *como* isso ocorre, está mistificado e parece provir de qualidades ocultas, inerentes a ele. (MARX, 1988, p.35-6, v.4)

Na relação entre capital e mais-valia, que é o modo como a mais-valia aparece como lucro, a exploração do trabalho, a apropriação de trabalho não-pago, é ocultada. Na relação entre excedente e custo, na mera comparação entre preços (forma fenomênica do valor), *o capital aparece como relação consigo mesmo*, pois não mostra como e por que meios faz valorizar o valor. *Como* isso ocorre, está *mistificado e parece provir de qualidades ocultas, inerentes a ele*.

“Quanto mais perseguimos o processo de valorização do capital, tanto mais a relação-capital há de se mistificar e tanto menos há de por a nu o segredo de seu organismo interno” (MARX, 1988, p. 36, v. 4). Sendo assim, o lucro, ou melhor, -a soma do lucro que cabe a dado capital é igual à soma global da mais-valia produzida

por meio desse capital em dado período de circulação” (MARX, 1988, p.37, v. 4)²⁰. Então, o lucro é parte da mais-valia, pois é na produção que é gerado. A taxa de lucro é a grandeza determinada na relação entre o montante de mais-valia extraída na produção e o capital global²¹.

Não obstante a taxa de lucro ser forma de expressão da taxa de mais-valia, suas grandezas podem diferenciar-se no sentido de que não são, necessariamente, diretamente proporcionais. Isso quer dizer que, ao se elevar a taxa de mais-valia, não se tem, obrigatória e proporcionalmente, uma elevação da taxa de lucro e vice-versa. Diferentes alterações nos diversos elementos que compõem um capital individual surtem efeitos distintos quando relacionados às taxas de mais-valia e de lucro. Conforme variam a mais-valia, o capital variável v e o capital constante c , varia, conseqüentemente, a taxa de lucro. Marx põe isso à prova no capítulo de *O Capital* sobre a relação entre a taxa de lucro e a taxa de mais-valia²², no qual expõe matematicamente os efeitos causados pelas possíveis variações no valor destes elementos.

Deixaremos que os diversos fatores de $m' \frac{v}{C}$ alterem seu valor sucessivamente e verificaremos o efeito dessas modificações sobre a taxa de lucro. Obteremos assim diversas séries de casos, que podemos considerar como circunstâncias operacionais sucessivamente modificadas de um único e mesmo capital, ou então em diferentes capitais, existentes ao mesmo tempo, lado a lado e chamados para a comparação, por exemplo, em diferentes ramos industriais ou em diferentes países. Se a concepção de alguns de nossos exemplos como estados cronologicamente sucessivos de um único e mesmo capital parece forçada ou praticamente impossível, essa objeção desaparece assim que são entendidos como uma comparação entre capitais independentes. (MARX, 1988, p.40, v. 4)

Então, das variações de valor às quais Marx expôs a fórmula $m' \frac{v}{C}$, ficou compreendido que, com mais-valia constante, a taxa de lucro pode cair, ficar igual ou subir, pelo fato de que a mínima alteração na proporção de v para c , respectivamente C , basta para alterar igualmente a taxa de lucro” (MARX, 1988, p.

²⁰ Para os fins deste trabalho, não levaremos em conta que a mais-valia é dividida na forma dos seguintes rendimentos: renda da terra, juro e salário. Estes irão disputar seu quinhão na divisão do excedente.

²¹ Se essa mais-valia é referida ao capital global em vez do capital variável, então se denomina lucro (l), e a relação da mais-valia m com o capital global C , portanto m/C , se denominará taxa de lucro l' . (MARX, 1988, p. 37, v. 4)

²² Não cabe aqui expor toda a experimentação matemática que Marx (1988) empreende no capítulo III, v. 3, de seu *O capital*.

47, v.4). Além disso, a taxa de lucro é, portanto, determinada por dois fatores principais: a taxa de mais-valia e a composição de valor do capital²³ (MARX, 1988, p. 52, v. 4).

A taxa de lucro é determinada, então, pela taxa de mais-valia, já que, como visto acima, aquela é expressão fenomênica desta²⁴. Também o lucro é apenas uma parte da mais-valia, pois esta é dividida em lucro industrial e comercial, juro e renda da terra. Assim, a formação de uma taxa de lucro e a variação de seu montante para cima ou para baixo depende, no modo de produção capitalista, fundamentalmente, da taxa de mais-valia.

3.6 A composição de valor do capital

A taxa de lucro é, também, determinada pela elevação ou diminuição da composição de valor do capital. A composição de valor do capital é dada pela soma de sua parte variável mais sua parte constante, ou seja, capital variável v mais capital constante c . O capital constante se compõe de uma parte fixa como edificações, maquinaria etc., e uma parte circulante na qual se computa a utilização de matérias-primas e insumos.

O aumento da mais-valia absoluta ou o prolongamento do mais-trabalho e, por isso, da jornada de trabalho, permanecendo constante o capital variável, portanto empregando o mesmo número de trabalhadores ao mesmo salário nominal – no que é indiferente que o tempo extra seja pago ou não – baixa relativamente o valor do capital constante em face do capital global e do capital variável e eleva assim a taxa de lucro [...] (MARX, 1988, p. 59, v.4)

Isto se dá, porque o volume da parte fixa do capital constante, prédios fabris, maquinaria etc., continua o mesmo, quer se trabalhe 16 ou 12 horas com ela”. (MARX, 1988, p. 59, v. 4). Então, com elevação da mais-valia absoluta, melhor dizendo, da jornada de trabalho, tem-se elevação na taxa de lucro. A jornada de 10, 12, 14 horas ou mais de trabalho diário eleva a mais-valia absoluta e, assim, o lucro. Mas, seu limite esbarra no próprio limite físico do trabalhador.

²³ A variação da taxa de lucro também é influenciada pela variação no tempo de rotação do capital. Isto está elaborado resumidamente por Engels no capítulo IV, v. IV, livro terceiro de *O capital*, e discutido detalhadamente por Marx (1988) na Seção II, livro segundo, v. 3 do *O capital*. Sobre isso, mais especificamente trata o cap. XV – Efeito do tempo de Rotação sobre a grandeza do adiantamento de capital.

²⁴ De fato, o lucro é a forma fenomênica da mais-valia (MARX, 1988, p.35-6, v.4).

Com o advento da regulamentação do trabalho, da diminuição legal da jornada de trabalho, da luta dos trabalhadores em sindicatos e com o desenvolvimento geral da produção capitalista, o modo de se apropriar de trabalho não-pago transfigurou-se da forma de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. A produtividade, agora, é aumentada conforme a aplicação da técnica e da ciência investidas na produção. Aí entra em cena a mais-valia relativa e é esta que importa.

No capitalismo desenvolvido, onde há subsunção real do trabalho ao capital, a mais-valia relativa é forma fundamental de apropriação de trabalho não-pago por meio da elevação da produtividade. Aí a taxa de mais-valia é aumentada, mas a taxa de lucro não segue, necessariamente, o mesmo padrão e pode, ao contrário, diminuir. Então, considerando-se jornada de trabalho constante,

[...] toma-se necessário aumentar o número de trabalhadores e, com eles, também, em certa proporção, a massa de capital fixo, das instalações, maquinaria etc., para explorar maior massa de trabalho [...]. Ou, onde a intensidade do trabalho deve ser aumentada, respectivamente incrementada a produtividade do trabalho, devendo ser gerada, em geral, mais mais-valia relativa, cresce, nos ramos que utilizam matéria-prima, a massa da parte circulante do capital constante ao ser processada mais matéria-prima etc. no período de tempo dado; e, segundo, cresce a maquinaria posta em movimento pelo mesmo número de trabalhadores, portanto também essa parte do capital constante. O crescimento da mais-valia é, portanto, acompanhado por um crescimento do capital constante, e a exploração crescente do trabalho por um encarecimento das condições de produção, por meio das quais o trabalho é explorado, isto é, por maior gasto de capital. A taxa de lucro é, assim, por um lado, diminuída, enquanto, por outro, é aumentada. (MARX, 1988, p. 59-60, v. 4)

Vê-se, então, que nas condições em que há elevação da produtividade com mais-valia relativa há, conseqüentemente, *crescimento do capital constante* e, por isso, *encarecimento das condições de produção*, o que quer dizer elevação da composição de valor do capital. Daí que, mesmo que haja elevação da taxa de mais-valia, é possível haver diminuição da taxa de lucro.

A contradição está posta no próprio movimento de reprodução do capital. No seu próprio modo de ser e de se desenvolver, o capital esbarra em obstáculos que surgem de sua própria atuação e que se tornam empecilhos maiores que qualquer elemento externo ou acidental que possa vir a ocorrer. O capital dá a si mesmo a contradição. É ele mesmo contraditório e, por isso, uma *contradição em processo*²⁵.

²⁵ A idéia de contradição em processo é trazida por Marx nos seus *Grundrisse* e trabalhada em Mazzuchelli (1985).

Tendo-se isto em vista, –se a mais-valia está dada, a taxa de lucro só pode ser aumentada mediante a diminuição do valor do capital constante exigido para a produção de mercadorias” (MARX, 1988, p.61, v. 4). De nada adianta elevar a taxa de mais-valia, apropriar-se de maior quantidade de trabalho não-pago se, por esse processo, se aumenta o valor do capital constante, seja na sua parte circulante, seja na sua parte fixa. Isto faz elevar a composição de valor do capital e, por isso, cair a taxa de lucro.

Para objetivar dado quantum de trabalho, portanto para apropriar dado quantum de mais-trabalho, se requer menor dispêndio nas condições de trabalho. Caem os custos que são exigidos para apropriar-se desse determinado quantum de mais-trabalho. (MARX, 1988, p. 61, v. 4).

Apropriação de mais-valia e diminuição dos custos para obter e manter tal apropriação são as tarefas a que se propõe o capital. A dificuldade para tanto estão dadas nas contradições operadas pelo próprio capital.

A *economia no emprego do capital constante*²⁶ é preocupação diária, que se apresenta ao capitalista individual, pois, a composição de valor do capital é elemento fundamental para a taxa de lucro. Se aquela sobe, acaba por pressionar esta para baixo. Desse modo, economizar custos em capital constante é necessidade vital para o capital em geral, para sua produção e reprodução. –Assim como o modo de produção capitalista leva, por um lado, ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, leva, por outro, à economia no emprego do capital constante” (MARX, 1988, p. 65, v. 4).

Taxa de mais-valia e composição de valor do capital são elementos determinantes da taxa de lucro. O desenvolvimento das forças produtivas facilita o aumento do ritmo da exploração do trabalho, portanto, da extração da mais-valia. E é para isso que se desenvolvem as forças produtivas, pois, –a elevação da taxa de lucro provém, portanto, sempre de um aumento relativo ou absoluto da mais-valia, em relação a seus custos de produção, isto é, ao capital global adiantado [...]” (MARX, 1988, p. 105, v. 4).

Portanto, quanto menos custosas as condições de produção das mercadorias e, por isso, condições de reprodução do capital, dada uma mais-valia constante, maior taxa de lucro poderá ser obtida ao final do processo.

²⁶ Título do capítulo V, v. IV, livro terceiro d’ *O capital*.

Oscilações na taxa de lucro, independentes de mudanças nos componentes orgânicos do capital ou da grandeza absoluta do capital, são possibilitadas pelo fato de que o valor do capital adiantado, qualquer que seja a forma, como capital fixo ou circulante, em que existe, sobe ou cai em consequência de um acréscimo ou decréscimo, independente do capital já existente, do tempo de trabalho necessário à sua reprodução. O valor de cada mercadoria – e, portanto, também das mercadorias em que consiste o capital – é determinado não pelo tempo de trabalho necessário contido nela mesma, mas pelo tempo de trabalho *socialmente* necessário, exigido para sua reprodução. (MARX, 1988, p.105, v. 4)

Verifica-se então que, no processo de produção, as condições de produção e reprodução das mercadorias determinam seus valores. *O tempo de trabalho necessário, exigido para sua reprodução* está dado nos elementos que compõem as condições de produção, as forças produtivas. Esses formam o capital constante, qual seja, capital adiantado, e implicam a formação da composição de valor do capital que será posta em relação ao capital variável.

–A reprodução do capital pode suceder em circunstâncias que a dificultam ou que a facilitam, diferentes das condições originais da produção original” (MARX, 1988, p. 105, v. 4). Assim, se houver uma

[...] alteração na composição orgânica do capital, aumentando ou diminuindo a relação da parte de capital variável com a constante, a taxa de lucro, com as demais circunstâncias constantes, aumentará ao aumentar relativamente e diminuirá ao diminuir relativamente o capital variável. (MARX, 1988, p.105, v. 4)

Então, a taxa de lucro é manifestação da mais-valia. Esta determina aquela. Entretanto, ao se considerar uma taxa de mais-valia constante, ainda assim a taxa de lucro pode variar dependendo de condições diversas, tais como a variação da composição de valor do capital, vale dizer, a relação entre capital variável e capital constante.

3.7 A taxa média de lucro

Visto como se estabelece a taxa de lucro para o capitalista individual no processo de produção; como a mais-valia determina essa taxa e como, em realidade, esta é forma de manifestação daquela; e que, mesmo com taxa de mais-valia constante a taxa de lucro pode variar, cabe analisar agora, como a taxa de

lucro de cada capitalista individual passa a estabelecer uma taxa de lucro geral ou taxa de lucro média em relação ao conjunto dos capitalistas.

Marx (1988, p. 107, v. 4) parte para análise do fenômeno aqui descrito baseando-se na seguinte premissa:

[...] as taxas de lucro de diversas esferas da produção, existentes simultaneamente uma ao lado da outra, serão diferentes se, com as demais circunstâncias constantes, o período de rotação²⁷ dos capitais empregados for diferente ou se a relação de valor entre os componentes orgânicos desses capitais, nas diversas esferas da produção, for diferente. O que antes considerávamos como mudanças ocorridas sucessivamente no tempo com o mesmo capital, passamos a considerar agora como diferenças simultâneas entre investimentos de capital existentes paralelamente em diversas esferas da produção.

Disto depreende-se que, sendo mais constantes o período de rotação dos capitais e suas composições orgânicas, são os elementos variáveis que determinam as diferenças nas taxas de lucro nos diversos ramos da produção. A composição orgânica do capital é determinada pela composição técnica do capital, sendo esta a proporção entre o número de trabalhadores e o *quantum* de meios de produção esses mesmos trabalhadores põem em funcionamento.

Determinado número de trabalhadores corresponde a determinado quantum de meios de produção e, portanto, determinado quantum de trabalho vivo, a determinado quantum de trabalho já objetivado nos meios de produção. Essa proporção difere muito nas diversas esferas da produção, e muitas vezes nos diferentes ramos da mesma indústria, embora, por acaso, possa ser a mesma ou aproximadamente a mesma em ramos industriais muito afastados uns dos outros. Essa proporção constitui a composição técnica do capital e é a verdadeira base de sua composição orgânica. (MARX, 1988, p. 108, v. 4)

Da observação das variáveis na composição do capital, a composição de valor também é elemento determinante, pois, pressupondo-se proporção igual entre capital constante e capital variável em diferentes ramos industriais, a proporção entre o valor daqueles pode variar.

²⁷ Marx assim resume o efeito da rotação sobre a taxa de lucro: "(...) devido ao lapso de tempo requerido para a rotação, todo o capital não pode ser empregado ao mesmo tempo na produção; que, portanto, parte do capital está continuamente em alqueive, seja na forma de capital monetário, de estoques de matéria-prima, de capital-mercadoria pronto, mas ainda não vendido ou de créditos ainda não vencidos; que o capital que intervém na produção ativa, portanto na geração e apropriação de mais-valia, está continuamente diminuído dessa parte, e que a mais-valia produzida e apropriada está continuamente reduzida na mesma proporção. Quanto mais breve o tempo de rotação, tanto menor se torna essa parte em alqueive do capital, comparada com o todo; tanto maior se torna também, com as demais circunstâncias constantes a mais-valia apropriada" (MARX, 1988, p. 53, v. 4)

Assim, por exemplo, certos trabalhos em cobre e ferro podem pressupor proporção igual entre força de trabalho e massa de meios de produção. Mas, sendo o cobre mais caro que o ferro, a proporção de valor entre capital variável e constante será diferente nos dois casos, e com isso também a composição de valor de ambos os capitais globais. A diferença entre a composição técnica e a composição de valor se revela em cada ramo industrial pelo fato de que, com composição técnica constante, pode variar a proporção de valor entre as duas partes do capital, e com composição técnica alterada a proporção de valor pode permanecer a mesma. (MARX, 1988, p. 108, v. 4)

Então, “a composição de valor do capital, na medida em que é determinada por sua composição técnica e a reflete, é o que chamamos de composição orgânica do capital” (MARX, 1988, p. 108, v. 4).

Tendo-se em vista a composição orgânica do capital, sendo ela essa relação entre capital constante e variável, deve-se considerar que “[...] o capital variável é o índice não apenas do trabalho nele contido, mas, com taxa de mais-valia dada, ao mesmo tempo, do trabalho excedente posto em movimento além desse limite ou mais-trabalho” (MARX, 1988, p.109-10, v. 4).

O capital variável é índice do trabalho gratuito apropriado pelo capitalista e, como já dito anteriormente, é o elemento que irá determinar o lucro deste. Quanto mais trabalho vivo funcionando um mesmo *quantum* de trabalho objetivado, trabalho morto, mais mais-trabalho se poderá apropriar; quanto mais trabalho vivo funcionando um mesmo *quantum* de trabalho objetivado, mesmo com taxa constante de mais-valia, mais mais-trabalho se poderá apropriar e maior poderá ser a taxa de lucro. Assim,

[...] supondo iguais montantes de capital, difere aqui a taxa de lucro porque com taxa de mais-valia igual, em virtude das diferentes massas de trabalho vivo postas em movimento, as massas de mais-valia produzidas e, por conseguinte, os lucros, são diferentes. (MARX, 1988, p. 110, v. 4)

Supondo-se tudo constante entre dois capitais individuais ou entre dois ramos da produção, se a parte variável de um for diferente de outro, diferentes serão também seus montantes de lucro.

Capitais de grandeza diversa, calculados em percentagens, ou o que aqui dá no mesmo, capitais de igual grandeza produzem, portanto, com jornada de trabalho igual e grau de exploração do trabalho igual, quantidades muito diferentes de lucro, porque de mais-valia, e precisamente porque, de acordo com a distinta composição orgânica de capital nas distintas esferas da

produção, sua parte variável é diferente, portanto as quantidades de trabalho vivo que põem em movimento são diferentes, portanto também o são as quantidades por eles apropriadas de mais-trabalho, a substância da mais-valia e, por conseguinte, do lucro. Porções iguais do capital global nas diversas esferas da produção encerram fontes desiguais de mais-valia, e a única fonte de mais-valia é o trabalho vivo. (MARX, 1988, p. 110-11, v. 4)

Distinguindo-se as composições orgânicas dos capitais em diferentes ramos da produção, distingue-se a relação entre suas partes constantes e variáveis; distinguindo-se o montante de trabalho vivo posto em movimento, distinguem-se as quantidades de trabalho gratuito a serem apropriados proporcionados por estes; distingue-se o lucro obtido, distingue-se a taxa de lucro, que consiste justamente na percentagem da mais-valia sobre o capital global [...]” (MARX, 1988, p. 111, v. 4).

Por isso,

[...] só dentro da mesma esfera da produção, onde a composição orgânica do capital é dada, ou entre diferentes esferas da produção com igual composição orgânica do capital, as massas de lucro estão em proporção direta com a massa dos capitais aplicados. (MARX, 1988, p. 111, v. 4)

Assim é que a composição orgânica do capital, por representar a relação entre capital constante e variável e por representar o *quantum* de trabalho vivo é posto em movimento, faz com que as taxas de lucro dos diversos capitais individuais de igual grandeza e dos diversos ramos da produção sejam diferentes. —Temos aqui para diversas esferas da produção, com exploração uniforme do trabalho, taxas de lucro muito diferentes, correspondentes à diferente composição orgânica dos capitais” (MARX, 1988, p. 116, v. 4).

Ocorre, com isso, que

essas diferentes taxas de lucros são igualadas pela concorrência numa taxa geral de lucro, que é a média de todas essas diferentes taxas de lucro. O lucro que, de acordo com essa taxa geral de lucro, cabe a um capital de grandeza dada, qualquer que seja sua composição orgânica, chama-se lucro médio. (MARX, 1988, p. 117-18, v. 4)

Então, retirando-se a média de todas as taxas de lucro de cada capitalista individual num determinado período de tempo e num ramo da produção dado ou numa dada região ou país, tem-se uma taxa geral de lucro da qual se pode chegar ao estabelecimento de um lucro médio. Por isso, dadas constantes as composições orgânicas e as taxas de mais-valia, cada capital individual deve produzir

determinado montante de lucro, formando conseqüentemente um lucro médio. Esse lucro médio, medido em termos de percentagem, varia para cada capitalista conforme a grandeza de seu capital global adiantado.

O lucro médio, ou seja, a *taxa geral de lucro*, que é a *média de todas essas diferentes taxas de lucro* é um dos componentes que formam o preço das mercadorias, mais especificamente, o preço de produção. Para Marx (1988, p. 117, v. 4), o preço de produção da mercadoria é, portanto, igual a seu preço de custo *plus* o lucro, que de acordo com a taxa geral de lucro, lhe é percentualmente adicionado, ou igual a seu preço de custo *plus* o lucro médio.

Tendo-se o lucro médio, Marx explicita que o lucro adicionado ao preço de custo das mercadorias é determinado pela produção social como um todo. Isso ocorre porque esse lucro

[...] não se rege pela massa de lucro que é produzida por determinado capital em determinada esfera da produção, durante dado período de tempo, a cada capital aplicado, como parte alíquota do capital global empregado na produção social em sua totalidade. (MARX, 1988, p. 118, v. 4)

Isto quer dizer que,

quando um capitalista vende sua mercadoria ao preço de produção, recobra dinheiro em proporção à grandeza de valor do capital consumido por ele na produção e obtém lucro em proporção a seu capital adiantado, como mera parte alíquota do capital social global. Seus preços de custo são específicos. A adição de lucro a esse preço de custo é independente de sua esfera particular da produção, é simples média [...] (MARX, 1988, p. 118, v. 4)

Tem-se então, que a cada esfera da produção social total ou, se se quiser, a cada capitalista individual, cabe uma parte alíquota relativa às suas respectivas grandezas de capital adiantado que figurará como lucro médio. Assim, o lucro médio depende da produção social em sua totalidade. Deve-se considerar aqui que, no preço de custo das mercadorias produzidas, ou seja, no custo de todos os elementos utilizados para a produção desta, estão computados, interiorizados como trabalho *morto*, trabalho *pretérito*, o custo e o lucro desses elementos que figurarão como capital constante na produção.

[...] na produção capitalista, os elementos do capital produtivo se compram em regra no mercado, já contendo seus preços lucro realizado, incluindo

assim o preço de produção de um ramo industrial, inclusive o lucro nele contido, portanto o lucro de um ramo industrial entra no preço de custo do outro. (MARX, 1988, p. 119, v. 4)

Nesse momento da análise, Marx passa a visualizar o lucro como fenômeno não apenas de cada produtor individual, da produção de cada capitalista individual, mas como fenômeno que interessa à produção social total, como fenômeno que interessa à classe capitalista como classe em luta de classes, como classe burguesa em oposição à classe proletária.

Com dado grau de exploração do trabalho, a massa de mais-valia produzida numa esfera particular da produção é agora mais importante para o lucro global médio do capital social, portanto para a classe capitalista em geral, do que diretamente para o capitalista dentro de cada ramo particular da produção. Para ele só tem importância na medida em que o quantum de mais-valia produzido em seu ramo intervém como co-determinante na regulação do lucro médio. (MARX, 1988, p. 124, v. 4)

O capitalista individual aparece neste ponto como representante de um interesse de classe, pois,

[...] o lucro adicionado ao preço de custo, considerando-se cada esfera particular da produção, não é determinado, de fato, pelos limites da formação de valor que se dá dentro dela mesma, mas é fixado de modo inteiramente externo. (MARX, 1988, p. 124, v. 4)

O lucro, então, é fruto da ação dos capitalistas como classe que explora o trabalho da classe proletária no interior da produção global. “O lucro é mediado pela exploração global do trabalho pelo capital global, isto é, por todos os seus companheiros capitalistas” (MARX, 1988, p. 126, v. 4).

3.8 Da concorrência entre os capitalistas

A taxa média de lucro representa um movimento de equalização dos lucros da massa dos capitalistas individuais de uma esfera da produção social global em torno de um patamar. Quando esse movimento se configura no desenvolvimento da produção capitalista, percebe-se a atuação de uma força de gravitação que atrai o montante de lucro de cada capitalista individual para esse patamar. Ademais, sabendo-se que o lucro de cada capitalista é aquela parte alíquota que lhe cabe do resultado da produção social global, da exploração do trabalho social global por

parte dos capitalistas, cabe compreender como se forma essa taxa média ou geral de lucro. Cabe compreender “[...]” como se opera essa equalização dos lucros numa taxa geral de lucro [...]” (MARX, 1988, p. 129, v. 4).

Deve-se ter em mente que o objetivo de cada capitalista individual é vender mercadorias por um preço que lhe proporcione lucro, ou seja, um montante em dinheiro a mais que o montante adiantado na produção de determinada mercadoria. Ocorre que as mercadorias são produzidas para serem comercializadas como “[...]” *produtos de capitais* que reclamam uma participação na massa global de mais-valia, que é proporcional à sua grandeza [...]” (MARX, 1988, p. 130, v. 4). Então, o preço de venda deve ser tal que satisfaça esse objetivo. Esse preço é expressão do que Marx chama de *preço de produção*, o qual, como já explicado anteriormente, inclui o custo que envolve a produção das mercadorias somado ao lucro médio da esfera de produção a que pertence o capitalista.

O preço de venda das mercadorias é determinado pela *lei do valor*. Assim, o valor de uma mercadoria é dado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. Por isso, “[...]” onde o tempo de trabalho exigido para produzi-las diminui, os preços caem; onde ele sobe, sobem os preços, com as demais circunstâncias constantes” (MARX, 1988, p. 131, v. 4). Desse modo, o valor figura como uma força gravitacional de atração dos preços a seu patamar. Nesse processo, haverá a formação de um valor médio para as mercadorias individuais que redundará num valor de mercado para as mercadorias de determinado ramo da produção social. O valor individual de cada mercadoria e os determinados valores de mercado irão expressar-se em preços de mercado.

Os preços de mercado na produção capitalista desenvolvida tenderão a ser proporcionais ao que Marx chama de *preços de produção*, pois estes são a verdadeira base de formação dos preços das mercadorias:

O preço de produção está regulado em cada esfera, sendo igualmente regulado de acordo com as circunstâncias específicas. Ele mesmo, porém, é, por sua vez, o centro em torno do qual giram os preços cotidianos de mercado e em relação ao qual eles se compensam dentro de determinados períodos. (MARX, 1988, p. 132, v. 4)

As mercadorias tendem a ser vendidas pelo seu valor e, nesse processo, o preço de produção é este *centro em torno do qual giram os preços cotidianos de mercado*. As mercadorias são trocadas como *produtos de capitais que reclamam*

uma participação na massa global de mais-valia, [...] o lucro médio que determina os preços de produção sempre tem de ser aproximadamente igual ao quantum de mais-valia que cabe a dado capital como parte alíquota do capital global da sociedade” (MARX, 1988, p. 132-3, v. 4).

O lucro médio, cuja massa influenciará na determinação do preço de produção ao ser somado ao custo de produção das mercadorias, sempre tende a estar em proporção equivalente à massa de mais-valia que determinado capital reclama como sua parcela do capital global.

Essa luta pela parte alíquota da riqueza social engendrada pelo conjunto dos capitalistas individuais se expressa num movimento concorrencial entre eles e é justamente a concorrência que terá o papel de ajustar e equalizar os preços das mercadorias em torno de seus respectivos valores.

O que a concorrência realiza, primeiramente, dentro de uma esfera é estabelecer um valor de mercado igual e um preço de mercado igual a partir dos diversos valores individuais das mercadorias. Mas só a concorrência dos capitais nas diversas esferas traz à luz o preço de produção que equaliza as taxas de lucro entre as diversas esferas. (MARX, 1988, p. 133, v. 4)

Desde que haja disputa entre produtos da mesma espécie devido ao oferecimento deles à venda, a concorrência irá equalizar seus diferentes valores venais (porque produzidos em condições diferentes) em um *valor social*, vale dizer, em um valor de mercado e, por conseguinte, um preço de mercado. Completado esse processo, as mercadorias de mesma espécie e qualidade e da mesma esfera da produção serão vendidas por seus valores, vale dizer, por preços de mercado que não desviam para mais ou para menos de seus valores de mercado. Nesse sentido, equalizados os valores das mercadorias, equalizar-se-ão também os lucros de cada capitalista individual e daí a formação de uma taxa média de lucro.

Além disso, para que haja a venda das mercadorias de mesma espécie por seus *valores*, a demanda pelas mercadorias deve ser proporcional à quantidade de mercadorias postas à venda. –Se a procura por essa massa continua sendo a usual, a mercadoria será vendida por seu valor de mercado [...]” (MARX, 1988, p. 136, v. 4).

Nesse ponto, Marx chama atenção para o fato de que os preços de mercado são desviados de seus valores de mercado conforme a quantidade de mercadorias postas à venda seja maior ou menor que a procura por elas. Nesse caso [...]

ocorrem desvios do preço de mercado em relação ao valor de mercado” (MARX, 1988, p. 136, v. 4). A produção de determinada quantidade de mercadorias levadas ao mercado demanda determinado tempo de trabalho social necessário, com base num nível de produtividade do trabalho.

Tem-se que determinada massa de mercadorias contém trabalho socialmente necessário de modo proporcional à sua produção. O valor de mercado dessa massa de mercadorias expressa este *quantum* de trabalho socialmente necessário. Se uma massa de mercadorias, porém,

[...] foi produzida numa extensão que excede a necessidade social, parte do tempo de trabalho social foi desperdiçada e a massa de mercadorias representa então no mercado um quantum muito menor de trabalho social do que o realmente contido nela [...] Por isso, essas mercadorias têm de ser liquidadas abaixo de seu valor de mercado, parte delas até pode ficar totalmente invendável. (MARX, 1958, p. 137-8, v. 4)

Nesse processo de desequilíbrio entre oferta e procura, o capital, como relação social que é, se debate no interior do sociedade burguesa buscando resolver suas contradições. Isso se dá quase sempre de forma violenta. Uma massa de mercadorias invendáveis exige um violento ajuste no interior do modo de produção capitalista. Nesse processo, a superprodução de mercadorias figura como uma contradição do próprio movimento do capital, interna em seu próprio movimento. A concorrência e, nesse caso, a concorrência entre os capitalistas desfazem sua unidade de classe e ajustam, à sua maneira, a produção de mercadorias.

Para que uma mercadoria seja vendida por seu valor de mercado, isto é, em proporção ao trabalho socialmente necessário nela contido, o quantum global de trabalho social que é empregado na massa global desta espécie de mercadoria tem de corresponder ao quantum da necessidade social dela, isto é, da necessidade social solvente. A concorrência, as flutuações dos preços de mercado procuram constantemente reduzir a esta medida o quantum global de trabalho empregado em cada espécie de mercadoria. (MARX, 1988, p. 141, v. 4)

Além disso, o ofício do capitalista, qual seja, buscar incessantemente o lucro ou mesmo um lucro tanto maior quanto possível, faz com que este circule de esfera em esfera da produção social à procura daquela que lhe proporcione maior lucratividade. Já que nas diversas esferas da produção social surgem diversas taxas de lucro, o capital busca sempre aquela que lhe proporcione a taxa mais elevada.

Mediante essa contínua emigração e imigração, numa palavra, mediante sua distribuição entre as diversas esferas, conforme suba ou desça a taxa de lucro, ele ocasiona tal relação entre oferta e procura, que o lucro médio nas diversas esferas da produção se torna o mesmo e, por isso, os valores se transformam em preços de produção. (MARX, 1988, p. 143, v. 4)

Considerando-se que a concorrência obriga o conjunto dos capitalistas a se lançar nessa busca pela esfera mais lucrativa da produção, e quanto mais desenvolvida a produção capitalista, mais acelerado se torna este processo,

a contínua equalização das contínuas desigualdades realiza-se tanto mais rapidamente: 1) quanto mais móvel for o capital, isto é, quanto mais facilmente puder ser transferido de uma esfera e de um lugar para outro; e 2) quanto mais rapidamente a força de trabalho puder ser lançada de uma esfera para outra e de um local de produção para outro²⁸. (MARX, 1988, p. 143, v. 4)

²⁸ No capitalismo atual, a mobilidade do capital em se transferir de uma esfera para outra pode ser observada de modo extremado no caso do capital financeiro. Este se locomove de forma instantânea, de um país a outro, aproveitando-se do avanço da tecnologia no campo das telecomunicações. Para uma análise sobre este fenômeno, v. CHESNAIS, F. *A finança mundializada*. São Paulo : Boitempo, 2005. No capitalismo atual, a transferência da força de trabalho de um local para outro é fato corriqueiro, em vista da simplificação e homogeneização do trabalho.

4 A LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO E AS CRISES CAPITALISTAS

4.1 A lei da queda tendencial da taxa de lucro em *O Capital* de Marx

Explicado como a concorrência equaliza os lucros entre os capitalistas individuais e, por isso, forma uma taxa geral de lucro, Marx percebe que esta taxa geral tende a cair. Assim, ele visualiza no interior do modo de produção capitalista uma tendência que influi em seu desenvolvimento e em sua própria existência: a *Lei da queda tendencial da taxa de lucro*²⁹.

Em seu *O Capital*, Marx dissecou teoricamente essa idéia demonstrando que se trata de uma tendência existente no movimento de produção e reprodução do capital. A seção III do livro terceiro de *O Capital* é intitulada por Marx de *Lei da queda tendencial da taxa de lucro*. As palavras aí utilizadas não foram colocadas a esmo. Preservam sentido à idéia que se quer passar. Ao falar em tendência, Marx quer passar o sentido de fenômeno que não acontece necessariamente, mas que, deixadas as coisas como estão, relegadas à influência de sua força inercial, o fenômeno se dirigirá no sentido de determinado resultado.

Além da idéia de tendência, Marx (1988) utiliza o termo *Lei*. Com isso quer passar a noção de fundamentos de existência do fenômeno, ou mesmo, observação ontológica do fenômeno. Isso quer dizer que aí há uma lei fundamental de existência do fenômeno, uma lei fundamental de existência do capitalismo, o qual sem ela não conservaria sua ontologia, pois, se trata de fundamentos existenciais do modo de produção capitalista.

4.2 A lei da queda tendencial da taxa de lucro e a natureza contraditória do movimento do capital

²⁹ Sobre as crises capitalistas em geral e sobre o fenômeno das crises ligadas à lei tendencial da queda da taxa de lucro, bem como sobre a crise do capitalismo entendida como *colapso* do capitalismo, v. *Teoria do desenvolvimento capitalista*, de Paul M. Sweezy (1983). Além disso, Sweezy também trabalha com a idéia de tendência do capitalismo monopolista à estagnação em sua obra *Capitalismo Monopolista*, em co-autoria com Paul Baran (1974).

Visto como se estabelece uma taxa geral de lucro para o conjunto dos capitalistas, cabe explicitarmos como Marx demonstra, teoricamente, que essa taxa de lucro tende a cair. No capítulo XIII do livro terceiro de *O Capital*, Marx (1988) retoma a idéia de que a oscilação para mais ou para menos da taxa de lucro não é, necessariamente, diretamente proporcional à oscilação da taxa de mais-valia. Mais que isso, demonstra que uma taxa de mais-valia constante pode expressar uma taxa de lucro decrescente, ou seja, “a mesma taxa de mais-valia com grau constante de exploração do trabalho expressar-se-ia assim em uma taxa decrescente de lucro” [...] (MARX, 1988, p.154, v. 4).

Isso ocorre porque a variação no volume de capital constante c influencia no volume do capital global C , enquanto a taxa de lucro é expressa na relação entre taxa de mais-valia e o capital global = m/C . Com o crescimento do volume material de c , [...] cresce também, ainda que não na mesma proporção, o volume de valor do capital constante e, com isso, o do capital global” (MARX, 1988, p.154, v. 4).

O desenvolvimento das forças produtivas reitera um movimento de crescente produtividade já que, conforme historicamente a ciência é aplicada na produção, a máquina pode produzir cada vez mais com um número cada vez menor de trabalhadores, repelindo trabalho vivo. Cada vez mais, mais mercadorias são produzidas com a necessidade de um número cada vez menor de trabalhadores. Há, nesse processo, um decréscimo no valor do capital variável em relação ao capital constante. Crescendo relativamente o capital constante, cresce, por consequência, o capital global adiantado. Sendo a taxa de lucro a relação entre a mais-valia obtida no final do processo e o capital global adiantado, com o aumento do volume deste e, por isso, aumento do valor deste, uma mesma taxa de mais-valia constituirá uma taxa de lucro cada vez menor.

Ora, mostrou-se, entretanto, como lei do modo de produção capitalista que, com seu desenvolvimento, ocorre um decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante e, com isso, em relação ao capital global posto em movimento. Isso só quer dizer que o mesmo número de trabalhadores [...] põe em movimento, processa e consome produtivamente ao mesmo tempo uma massa sempre crescente de meios de trabalho [...] portanto, também um capital constante de volume de valor sempre crescente. (MARX, 1988, p.154-5, v. 4)

Se esse processo se generaliza num ramo de produção ou nos diversos ramos de produção de um país ou mesmo em escala planetária (como ocorre cada

vez mais na atualidade devido à integração das economias nacionais por meio do crescente comércio e das empresas multinacionais), a crise está instaurada. A taxa de lucro geral entra em queda e a acumulação e a reprodução do capital veem-se importunadas.

Mas esse processo, como já mencionado neste trabalho, é próprio do capitalismo, pois é resultado do movimento do próprio capital em sua produção e reprodução. –A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho” (MARX, 1988, p.155, v. 4).

Marx demonstra teoricamente como o capitalismo tende a crises temporárias e cíclicas, e esta tendência é demonstrada –a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia” (MARX, 1988, p.155, v. 4). Não se trata, então, da influência de algum elemento exógeno ou exterior ao capital. Isto permite perceber que a –taxa média geral de mais-valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda” (MARX, 1988, p.155, v. 4). Daí que a crise, vista como reflexo das taxas de lucro em queda, é expressão do modo de existência da produção capitalista e, além disso, expressão do seu modo contraditório de existência³⁰.

Deve-se ter em mente que o crescimento do capital constante em relação ao capital variável na produção das mercadorias é sempre um crescimento relativo. Isso quer dizer que, mesmo que a massa de trabalhadores empregados na produção cresça e a taxa de mais-valia aumente, poderá haver um crescimento absoluto tanto do capital constante como do capital variável. Nesse sentido, Marx (1988, p. 157, v. 4) afirma que –o decréscimo proporcional do capital variável e o aumento do capital

³⁰ Quanto à tendência ao declínio da taxa de lucro, Belluzzo (1980, p.100-1) afirma que –é por isso que, na perspectiva vislumbrada por Marx, a natureza contraditória do processo de acumulação capitalista manifesta-se fundamentalmente na tendência ao declínio a taxa de lucro, como *expressão característica desse regime de produção*, não porque o capital demonstre qualquer inclinação a incorrer em rendimentos decrescentes à medida que se acumula, senão, ao contrário, porque sua acumulação envolve obrigatoriamente a potenciação continuada da força produtiva social do trabalho”. Como afirma Belluzzo, *a potenciação continuada da força produtiva social do trabalho é necessidade indispensável do capital para se reproduzir e, paradoxalmente, é justamente esta necessidade que cria um penoso obstáculo para sua reprodução*. O crescimento do valor do capital constante em relação ao capital variável é fenômeno que obedece à lógica do capital de produzir cada vez mais. O capital é sempre uma potência que produz cada vez em maior quantidade e em menor tempo. Mas essa potencialidade esbarra no aumento do valor do capital constante em relação ao valor do capital variável (mesmo que ambos cresçam de forma absoluta) e, com isso, a taxa de lucro se vê pressionada para baixo.

constante, embora ambas as partes cresçam absolutamente, é, como se disse, apenas outra expressão para a produtividade aumentada do trabalho”.

Mais à frente, complementa explicando que “a relação se modifica não porque a massa de trabalho vivo cai, mas porque a massa de trabalho já objetivado que ela põe em movimento sobe” (MARX, 1988, p. 158, v. 4)

Se a coisa for observada de outro modo podemos perceber que, apesar de uma massa de mais-trabalho cada vez maior à disposição do capitalista, pois isso é reflexo do desenvolvimento das forças produtivas, uma taxa decrescente de lucro é apresentada nesse processo. Assim ocorre porque a taxa de lucro é sempre percebida na relação entre o quanto de mais-valia apropriada e o capital global adiantado. Por isso:

Com o progresso do processo de produção e de acumulação, a massa de mais-trabalho apropriável e apropriado *tem de* crescer e, portanto, a massa absoluta de lucro apropriado pelo capital social. Mas as mesmas leis da produção e da acumulação elevam, com a massa, o valor do capital constante em progressão crescente de modo mais rápido do que o da parte do capital variável convertida em trabalho vivo. As mesmas leis produzem, portanto, para o capital social uma massa absoluta crescente de lucro e uma taxa decrescente de lucro. (MARX, 1988, p. 159, v. 4)

A contradição aí está posta de modo bizarro e somente a correta compreensão dos conceitos utilizados por Marx pode fazer visualizar o processo em sua totalidade. No caso em questão, uma massa crescente de lucro não reflete, necessariamente, uma taxa crescente de lucro; pode-se dizer então, que, como já afirmamos anteriormente neste trabalho, uma massa crescente de mais-valia não terá como resultado, necessariamente, uma taxa de lucro crescente. A natureza do movimento do capital em desenvolver constantemente as forças produtivas o leva, de modo contraditório e até mesmo paradoxal a dificultar sua reprodução e acumulação, pois esse seu próprio movimento lhe dificultará a obtenção do lucro na medida esperada. Com o constante e “natural” desenvolvimento das forças produtivas, o capital acaba por colocar cada vez menos trabalho vivo em movimento e, com isso, decresce a mais valia em relação ao capital global.

Essa queda se refere à massa de mais-valia e, portanto, do lucro, e segue assim que, porque o capital global de 100 põe em geral menos trabalho vivo em movimento, ele põe, com grau de exploração constante, também menos mais-trabalho em movimento e, portanto, produz menos mais-valia. [...] Que, no entanto, essa diminuição ocorre, resulta, como foi demonstrado, da natureza do desenvolvimento do processo de produção capitalista. (MARX, 1988, p.160, p. 4)

A tendência decrescente da taxa de lucro expõe de forma extrema o caráter contraditório do capital. Esta tendência é expressão extremada do movimento de acumulação e reprodução do capital, um movimento que impõe a si mesmo uma barreira à medida que cumpre uma determinação histórica inscrita no seu ser: o constante aumento da produtividade em busca da valorização do valor.

Conforme o trabalho vivo vai sendo dispensado no interior do processo produtivo o quantum de trabalho não-pago apropriado diminui de forma absoluta, ainda que aumente em relação ao trabalho pago (tempo de trabalho necessário para gerar o valor do salário). Então, mesmo com mais-valia crescente, a massa absoluta de lucro pode cair. Essa desproporção entre o capital constante e o capital variável na produção das mercadorias reflete-se na composição orgânica do capital, pois interferirá no valor dessas partes em relação ao capital global. Desse modo, o preço das mercadorias, como expressão concreta do valor, também será influenciado por esse movimento. Há aí, uma *diminuição da parte do preço em que se representa trabalho vivo*.

Essa variação na proporção dos distintos componentes do preço da mercadoria individual, a diminuição da parte do preço em que se representa trabalho objetivado anteriormente – é a forma em que se expressa, no preço da mercadoria individual, a diminuição do capital variável em relação ao constante. (MARX, 1988, p. 164, v. 4)

A diminuição do capital variável na produção se reflete na diminuição da parte relativa ao capital variável no preço da mercadoria. Sendo a parte variável a que carrega consigo uma parcela de trabalho não-pago apropriado por meio de mais-valia absoluta ou relativa, ou seja, por meio do aumento da produtividade do trabalho, o lucro, que é parte da mais-valia, cairá com a diminuição da parte variável do capital. Isso quer dizer que o capital sempre opera em uma base cada vez mais estreita. Se aumenta sua parte constante em relação à variável, mesmo com uma taxa de mais-valia maior que a anterior, a parte não-paga do trabalho será reduzida em relação ao capital global e, com isso, reduzida será também a taxa de lucro.

Além disso,

se a produtividade da indústria aumenta, então o preço da mercadoria individual cai. Nela está contido menos trabalho, menos trabalho pago e menos não-pago. Supunhamos que o mesmo trabalho produza, por exemplo,

o triplo de produto; então 2/3 menos de trabalho cabe ao produto individual. E como o lucro só pode constituir parte dessa massa de trabalho contida na mercadoria individual, a massa de lucro por mercadoria individual tem de diminuir e isso mesmo quando, dentro de certos limites, a taxa de mais-valia sobe. (MARX, 1988, p. 166, v. 4)

Se a coisa é pensada no conjunto da produção global, esse processo se refletirá numa soma maior de produtos produzidos e postos à venda. Ocorre que, agora, a massa de lucro, que continua em mesma proporção, se distribui de forma diferente do que antes, numa proporção menor para cada capitalista ou em proporção maior àqueles mais competitivos, cuja concorrência e concentração e centralização do capital tratam de premiar. A realização da mais-valia está, agora, prejudicada.

O lucro é obtido como parte de um valor gerado na produção. O valor gerado com a produção de mercadoria e a extração de mais-valia irá dividir-se em rendimentos que remunerarão o proletariado, o capitalista, o arrendatário da terra e o capitalista financeiro. Desse modo, a mais-valia extraída do processo de produção tomará a forma de salário, lucro, renda da terra ou juro, dividindo-se nos valores que correspondem a cada uma dessas formas concretas de rendimento.

Se com o aumento da produtividade a mercadoria individual traz consigo menos trabalho pago e não-pago para sua produção e o lucro é parte dessa produção, posto que retirado do montante de mais-valia extraída, então, a massa de lucro será menor mesmo com taxa de mais-valia maior. Desse modo, a taxa de lucro também cai, pois todo esse processo que resulta numa produtividade maior e, conseqüentemente, numa menor quantidade de trabalho para produzir a mercadoria individual, pressupõe o aumento do capital constante em relação ao capital variável, mesmo que ambos cresçam de forma absoluta. O resultado disso é a elevação da composição orgânica do capital. Com a elevação da composição orgânica do capital, a taxa de lucro $\frac{r}{c}$ tende a cair, pois esta é representada pelo montante de lucro obtido no final do processo em relação ao montante de capital adiantado no início do processo.

A queda tendencial da taxa de lucro é, assim, resultado do aumento da produtividade que, por sua vez, é nada mais nada menos que expressão da extração da mais-valia relativa. O resultado desse processo é:

[...] por um lado, transformar o máximo possível de dada massa de trabalho em mais-valia e, por outro, em relação ao capital adiantado, empregar em geral o mínimo possível de trabalho; de modo que as mesmas razões que permitem elevar o grau de exploração do trabalho impedem que, com o mesmo capital global, se explore tanto trabalho quanto antes. Essas são as tendências conflitantes que, enquanto provocam uma elevação na taxa de mais-valia, ao mesmo tempo acarretam uma queda da massa de mais-valia gerada por dado capital e, portanto, da taxa de lucro. (MARX, 1988, p. 169, v. 4)

Daí a expressão mais clara da natureza contraditória do capital: tentar transformar o máximo possível de uma massa de trabalho em mais-valia, ou seja, em trabalho não-pago, ao mesmo tempo em que se tenta empregar o mínimo possível de trabalho vivo. Está aí uma contradição infundável, visto ser o trabalho vivo aquele que permite extrair mais-valia. Assim,

[...] à medida que a taxa de valorização do capital global, a taxa de lucro, é o aguilhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é sua única finalidade), sua queda retarda a formação de novos capitais autônomos e, assim, aparece como ameaça para o desenvolvimento do processo de produção capitalista; ela promove superprodução, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado de produção supérflua. (MARX, 1988, p. 174, v. 4)

A queda da taxa de lucro significa crise para o capitalista individual assim como significa crise na economia capitalista conforme atinge o conjunto dos capitalistas de uma esfera da produção ou de um país inteiro. A queda da taxa de lucro é uma barreira para o capital colocada por ele mesmo e, como se isto já não bastasse, a queda da taxa de lucro se impõe como verdadeira tendência no interior do modo de produção capitalista.

[...] o modo de produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que nada tem a ver com a produção da riqueza enquanto tal; e essa barreira popular testemunha a limitação e o caráter tão-somente histórico e transitório do modo de produção capitalista: testemunha que ele não é um modo de produção absoluto para a produção de riqueza, mas que antes entra em conflito com seu desenvolvimento, em certo estágio. (MARX, 1988, p. 174-5, v. 4)

4.3 As crises cíclicas do capital: resultado de um processo que põe a contradição

As crises cíclicas do capital, crises que afetam as relações econômicas

capitalistas de tempos em tempos se apresentam como fenômenos resultantes de forças contraditórias provenientes do movimento de produção e reprodução do capital. Essas forças contraditórias aparecem como resultado de um movimento do capital que, ao buscar sua valorização como valor (que é), desenvolve as forças produtivas fazendo crescer a composição orgânica do capital, crescendo o capital constante em relação ao variável. Isso implica, como já explicado acima, queda da taxa de lucro e, conseqüentemente, crises, paralisações no processo de valorização do capital.

Mas o capital, em seu objetivo de valorizar valor, parte de um valor já produzido. O capital procura valorizar um valor já posto. Ao desenvolver as forças produtivas para a valorização, o capital encontra barreiras que geram crises periódicas. À medida que tais barreiras ou mesmo as crises são superadas, outro processo de valorização se abre e, novamente, as mesmas barreiras postas anteriormente são novamente colocadas e assim por diante. A queda da taxa de lucro como efeito do aumento da composição orgânica do capital, ou seja, como efeito do objetivo de valorização do capital aparece recorrentemente. A cada tentativa de valorizar o valor, o capital encontra-se numa base cada vez mais estreita para isso. É, constantemente, obrigado a vencer esses obstáculos que se encontram cada vez mais robustos. Por isso, “a produção capitalista procura constantemente superar essas barreiras que lhe são imanentes, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa” (MARX, 1988, p. 180, v. 4).

O capital é obrigado a repor constantemente suas condições de valorização, ao passo que, cada vez que se valoriza, aumenta sua composição orgânica e diminui sua taxa de lucro. Esse movimento é repetido até que o capital não consiga mais realizar a mais-valia, obtendo lucro no final do processo. Nesse momento, as crises se irrompem como solução violenta para as contradições postas. A concentração e a centralização do capital surgem como resultado obrigatório que repõem as condições necessárias para que o capital inicie um novo ciclo de valorização. As contradições do capital põem novamente as mesmas contradições num processo cíclico, que se repete periodicamente.

As barreiras entre as quais unicamente podem mover-se a manutenção e a valorização do valor-capital, que repousam sobre a expropriação e a pauperização da grande massa dos produtores, essas barreiras entram,

portanto constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital precisa empregar para seu objetivo e que se dirigem a um aumento ilimitado da produção, à produção como uma finalidade em si mesma, a um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho. O meio – desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho – entra em contínuo conflito com o objetivo limitado, a valorização do capital existente. Se, por conseguinte, o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e para criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é simultaneamente a contradição constante entre essa sua tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem. (MARX, 1988, p. 180, v. 4)

As crises capitalistas são expressão desse modo de existência do capital, desse *meio histórico para desenvolver a força produtiva material* no sentido de valorizar o valor. As crises são, portanto, a contradição que resulta entre a *tarefa histórica* do capital e as *relações sociais de produção que lhe correspondem*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos apreender, no interior das obras de Karl Marx, mais especificamente em *O Capital* e em *Teorias da mais-valia*, os elementos teóricos fundamentais para compreender o problema das crises capitalistas. Percorremos, assim, um caminho teórico no qual foi possível partir das considerações de Marx sobre a mercadoria como forma elementar do modo de produção capitalista e expressão material do valor até chegar à análise da lei tendencial da queda da taxa de lucro como resultado final de um processo de metamorfoses do valor.

Procuramos expor todo um percurso lógico no qual se pode verificar o entendimento de Marx acerca do movimento de contínuas metamorfoses pelas quais passa o valor na sociedade capitalista. Este é encontrado, preliminarmente, como mercadoria e, no interior desta, dividido em valor de uso e valor de troca. Num segundo momento, o valor encontra no dinheiro sua forma desenvolvida e autônoma. Com o dinheiro, o valor pode libertar-se da forma material da mercadoria, mas isto se reflete num resultado imprevisível, pois se abre a possibilidade de que a troca de mercadorias seja interrompida e, conseqüentemente, seja interrompido o movimento de circulação do capital. O equilíbrio das trocas é idealizado pela economia política, mas não sobrevive à crítica teórica e sistemática de Marx. Daí o subtítulo de *O Capital – Crítica à economia política*. Não há, obrigatoriamente, comprador para tudo que se queira vender e aí, o capital mostra seu lado desequilibrado e anárquico. A superprodução aparece como resultado quase que óbvio.

Acompanhando o ritmo desenfreado da produção capitalista, a realização do lucro pode ser interrompida e, conseqüentemente, o objetivo principal do capital, qual seja a valorização, já não consegue ser atingida. No afã de produzir cada vez mais, as forças produtivas são desenvolvidas na máxima potência. A exploração do trabalho é, nesse sentido, potencializada cada vez mais, mas o custo disso é uma margem de lucro cada vez menor em relação ao capital adiantado para o conjunto da classe burguesa. Esse processo se torna, então, uma verdadeira tendência no interior do modo de produção capitalista, identificada por Marx como a *lei tendencial da queda da taxa de lucro*.

Nesse ponto, Marx demonstra mais uma vez, como o capital é uma contradição em si mesmo, pois cria seus próprios obstáculos. O capital se mostra como uma relação social que traz, no seu interior, os elementos de sua própria crise. Traz no seu interior os elementos que fazem com que as taxas de lucro sejam pressionadas para baixo e, no momento em que a baixa dessas taxas se generaliza pela economia capitalista, a crise aparece, ao mesmo tempo, tanto como resultado inexorável, quanto como solução violenta desse processo.

Por isso, a crítica à economia política se faz presente de forma constante na obra de Marx. O pensador alemão expõe, teoricamente, o movimento do capital e, ao mesmo tempo, realiza a crítica aos economistas que, no caso de alguns, não enxergaram os desequilíbrios e o caráter contraditório da economia capitalista e, no caso de outros, não conseguiram obter os elementos teóricos fundamentais para a compreensão deste processo.

Nesse ínterim, o percurso teórico aqui descrito procurou identificar no interior da extensa obra de Marx os elementos e conceitos que explicam como o capital desenvolve um modo de ser que é exposto a crises, porque resulta necessariamente em crises. Mais que isso, foi possível visualizar os pressupostos teóricos que explicam como as crises são fenômenos recorrentes no modo de produção capitalista, como elas aparecem de tempos em tempos, sendo solução violenta para os conflitos gerados na busca pela valorização.

As crises aparecem, na realidade, em formas diferenciadas e atingem setores da produção e da circulação do capital de diversas maneiras. A baixa nas taxas de lucro é obstáculo posto pelo próprio capital, cujo resultado é a falência dos capitais individuais, seguido de concentração e centralização da riqueza. Do ponto de vista da classe proletária, as consequências aparecem na figura de crescimento das demissões e do desemprego, piora nas condições de trabalho, baixa nos salários, configurando-se, no geral, um aumento da exploração. Mas os pressupostos desse fenômeno estão inscritos na essência do capital, os quais são expostos de maneira singular por Marx. Daí a importância sempre atual de sua obra, pois, por mais que o capitalismo se tenha modificado no decorrer da história moderna, seus pressupostos de existência, suas leis fundamentais de funcionamento continuam sendo as mesmas.

REFERÊNCIAS

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1974.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Valor e capitalismo**: um ensaio sobre a economia política. São Paulo : Brasiliense, 1980.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo : Boitempo, 2005.

ENGELS, Friedrich. Esboço de uma crítica da economia política. In: PAULO NETTO, José (org.). **Friederich Engels**. Política. Tradução José Paulo Netto et al. São Paulo : Ática, 1981. (Grandes cientistas sociais)

FAUSTO, Rui. **Marx**: lógica e política. São Paulo : Brasiliense, 1983.

GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. **O negativo do capital**. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo : Hucitec/Fapesp, 1988.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves e Adereço Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.

KRUGMAN, Paul. **Podemos estar perto de reviver a crise de 1930**. (2011). Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18112> Acesso em: 25 jun. 2011.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Tradução Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo : Abril Cultural. 1982. (Os economistas)

MARX, Karl. A crise econômica na Europa. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 23, p.129-132, 2º sem. 2009.

_____. **Para a crítica da economia política**. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. Tradução Edgar Malagodi et al. São Paulo : Abril Cultural, 1982. 272p. (Tradução de: Das Kapital)

_____. **A miséria da filosofia**. Respostas à filosofia da miséria de Proudhon. Tradução Paulo Roberto Banhara. São Paulo : Escala, 2007.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução Régis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo : Nova Cultural, 1988. (Os economistas – 5 v.)

_____. **Teorias da mais-valia**. História crítica do pensamento econômico. Tradução Reginaldo Sant'Anna. São Paulo : DIFEL, 1983. v. II.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Luís Cláudio de Castro e Costa. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2007.

_____. **O manifesto comunista de 1848 e cartas filosóficas**. Tradução Klaus Von Puschen. São Paulo : Centauro, 2005.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo**: o capitalismo e suas crises. São Paulo : Brasiliense, 1985.

NAPOLEONI, Claudio (org.). **O futuro do capitalismo**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro : Graal, 1982.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Tradução César Benjamin. Rio de Janeiro : Eduerj/Contraponto, 2001.

SWEEZY, Paul Marlor. **Teoria do desenvolvimento capitalista**: princípios de economia marxista. Tradução Waltensir Dutra. São Paulo : Abril Cultural, 1983. (Os economistas)